

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

CONSIDERADO OBJETO DE DELIBERAÇÃO
DESPACHADO AS COMISSÕES DE

- Assessoria Jurídica
- Justiça e Redação
- Finanças e Orçamento

Relatório de Trabalho

Sala das Sessões, em 21/04/2011

2.º Secretário



MENSAGEM GP Nº 577/11

Mogi das Cruzes, 7 de abril de 2011

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:**

De acordo com a Lei Orgânica do Município compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição dos órgãos da Administração Pública, a organização administrativa do Poder Executivo e servidores municipais, a criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos da Administração Direta ou Indireta, etc.

Assim sendo, temos a honra de submeter ao elevado e criterioso exame de Vossas Excelências e à soberana deliberação do Plenário dessa Augusta Casa Legislativa, o anexo projeto de lei que institui a nova estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, e dá outras providências.

2. Como exposto em outras oportunidades, a estrutura administrativa é o produto do trabalho de organização que busca, a partir dos objetivos e atribuições de uma entidade pública ou privada, atingir as seguintes finalidades: dividir adequadamente a carga de trabalho a ser realizada; definir claramente limites de autoridade e responsabilidade; caracterizar relações de subordinação; e orientar a locação dos recursos disponíveis (financeiros, humanos e materiais).

3. A nova estrutura organizacional básica ora proposta, foi elaborada, em conjunto, pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 4.041, de 18 de agosto de 2010, e a Fundação Prefeito Faria Lima – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal – CEPAM, entre outras razões, pelas inovações impostas recentemente na estrutura administrativa da Municipalidade, como a criação da Divisão Administrativa dos Bairros da Divisa, da Coordenadoria do Idoso, da Coordenadoria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, das Secretarias Municipais de Governo e de Gestão Pública, da Ouvidoria Geral Municipal, da Coordenadoria da Habitação, e suas respectivas unidades e subunidades, bem como da extinção da Secretaria Municipal de Administração.

4. Para que esta Administração continue implementando o seu Plano de Governo, estando este direcionado ao desenvolvimento do Município de Mogi das Cruzes, é necessário a instituição de nova estrutura organizacional básica da Prefeitura, pois os órgãos municipais é que servem de instrumento para consecução deste objetivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

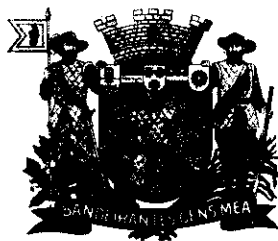
MENSAGEM GP Nº 577/11 FLS. 2

5. Senhores Vereadores, o mundo moderno, ao qual o Direito Brasileiro e especificamente o Direito Administrativo tem se adequado, não mais admite a falta de criatividade e de reciclagem de idéias. A maleabilidade e a descentralização são normas que devem nortear uma administração, com a finalidade do cumprimento dos encargos que são próprios do Poder Público, o que se diversificam a cada dia.
6. A modernidade invocada, porém, não afastará a legalidade de todos os atos que serão praticados no sentido da nova estruturação organizacional da Prefeitura e nem em outro sentido, estejam certos. O bem comum e a melhoria de condições de vida de nossa população estarão acima de quaisquer objetivos e prevalecerão a partir da proposta que ora submetemos à apreciação de Vossas Excelências.
7. O projeto de lei visa implantar uma estrutura organizacional mista, funcional e matricial, capaz de minimizar as disfunções produzidas pela estrutura atual, com uma melhor estruturação das atividades do planejamento, coordenação, comando, execução, controle e fiscalização, organizando as atividades meio de forma sistêmica, isto é, que compreenda unidades orgânicas básicas centrais, responsáveis pelo processo, orientação e controle e gerências setoriais incumbidas das atividades auxiliares de alimentação de dados e aplicação dos resultados nas demais unidades orgânicas.
8. A proposição de lei reestrutura o Quadro de Cargos em Comissão, extinguindo aqueles cujos encargos não são de direção, chefia ou assessoramento, e criando os compatíveis, qualitativamente e quantitativamente com a nova estrutura organizacional. Com esta medida, serão corrigidos os desvios de funções dos cargos de provimento em comissão e extintos os cargos considerados desnecessários.
9. O projeto de lei ora encaminhado dotará o Poder Executivo Municipal de uma estrutura que lhe permitirá maior agilidade e flexibilidade para desencadear mudanças, se adequando às novas necessidades impostas pelo cidadão, adequada ao modelo de gestão voltado para resultados, utilizando o uso dos recursos na modernização administrativa do Município.
10. Assim sendo, a estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes passa a ser a seguinte:

Administração Direta:

Órgãos de Assessoramento:

Secretaria de Gabinete do Prefeito;
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM GP Nº 577/11 FLS. 3

Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Órgãos Auxiliares ou de Linha:

Secretaria Municipal de Governo;
Secretaria Municipal de Gestão Pública;
Secretaria Municipal de Finanças

Órgãos-Fim ou de Administração Específica:

Secretaria Municipal de Educação;
Secretaria Municipal de Assistência Social;
Secretaria Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Obras;
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;
Secretaria Municipal de Transportes;
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e

Social;

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
Secretaria Municipal de Segurança;
Secretaria Municipal de Agricultura;
Secretaria Municipal de Cultura;
Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

Órgãos de Administração Indireta:

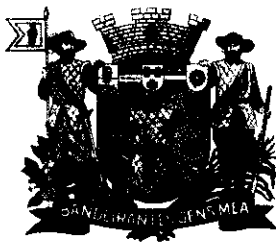
Serviço Municipal de Águas e Esgotos – SEMAE;
Instituto de Previdência Municipal – IPREM;

Conselhos Municipais:

Os órgãos de assistência imediata e de Administração Geral constituem a administração superior direta e centralizada da Prefeitura Municipal e subordinam-se ao Prefeito por linha de autoridade hierárquica e funcional.

Os órgãos de Administração Indireta e Descentralizada, dotados de personalidade política própria, estão sujeitos ao controle e supervisão do Prefeito.

Os Conselhos Municipais, com suas características, atribuições, composição e funcionamento definidos na Lei Orgânica do Município e em leis específicas, tem como finalidade básica garantir a participação da sociedade civil no debate sobre os problemas locais e as alternativas para seu enfrentamento, buscando conciliar e solucionar conflitos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM GP Nº 577/11 FLS. 4

11. Pela primeira vez é incluído na estrutura organizacional básica da Prefeitura como unidade administrativa, o Gabinete do Vice-Prefeito com a finalidade de apoiar o Chefe do Executivo na sua missão de governar o Município e direcionar os planos estratégicos, visando ao bem-estar da população mogiana, nos termos da Lei Orgânica.

12. Constam do projeto as atribuições gerais das Secretarias Municipais, das Coordenadorias, dos Departamentos, das Divisões, das Consultorias, das Assessorias e do Gabinete do Vice-Prefeito. As atribuições específicas serão estabelecidas por ato próprio do Executivo.

13. Conforme planilha de custo anexa, elaborada pela Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Gestão Pública, a despesa mensal com pessoal (subsídios, vencimentos, salários, proventos e pensões) na estrutura administrativa atual é de R\$ 1.925.190,48. Com a nova organização administrativa da Prefeitura, a despesa mensal passará a ser de R\$ 2.268.771,38, resultando numa diferença maior de R\$ 343.580,90.

14. Mesmo com a nova estrutura organizacional básica da Municipalidade, o Executivo estará despendendo com seu pessoal ativo, inativo e pensionista, no exercício de 2011, recursos financeiros aquém de 40% da Receita Corrente Líquida e, assim sendo, conformando-se ao limite prudencial de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

15. **Outras medidas importantes adotadas na estrutura organizacional básica e no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, constam do texto do projeto de lei ora encaminhado.**

16. Acompanha a presente Mensagem, anexo por cópia, o Processo Administrativo nº 13.787/2011, contendo o expediente encaminhado pela Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal, adequando a Estrutura Organizacional e do Plano de Cargos e Vencimentos dos Cargos em Comissão, as manifestações das Secretarias Municipais de Gestão Pública, de Assuntos Jurídicos, de Finanças e de Governo, a respeito do enunciado da proposta ora submetida à apreciação e deliberação dessa Egrégia Câmara Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM GP Nº 577/11 FLS. 5

17. Encontram-se anexados, ao referido processo administrativo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 16, II, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o impacto orçamentário-financeiro da despesa nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, e a declaração do ordenador da despesa no sentido de que os gastos referentes à nova estrutura organizacional básica e do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, dispõe de suficiente dotação e de firme e constante expectativa de suporte de caixa, conformando-se às orientações do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, não havendo necessidade de oferecer recursos para suporte do acréscimo da despesa.

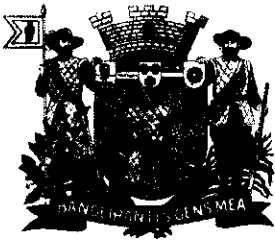
18. Estas são as razões e motivos que nos motivam a encaminhar o projeto de lei em tela, para o qual aguardamos o beneplácito dessa Augusta Casa, solicitando que sua deliberação se opere em **regime de urgência**, em conformidade com o disposto pelo artigo 81 da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes.

Valemo-nos da oportunidade para renovar a Vossa Excelência e aos nobres Vereadores protestos de elevado apreço e alta consideração.


MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI
Prefeito Municipal

A Sua Excelência, o Senhor
Vereador **Mauro Luís Claudino de Araújo**
Presidente da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
E demais Exmos. Senhores Vereadores
Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, 381 – Centro Cívico
Nesta

SGov/rbm



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO



APROVADO POR UNANIMIDADE
Sala das Sessões, em 19/04/2011

2.º Secretário

PROJETO DE LEI 035/11

Institui a nova estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES,
Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I **DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA AÇÃO ADMINISTRATIVA**

Art. 1º Compete à Administração Municipal de Mogi das Cruzes prover a tudo quanto respeite ao peculiar interesse do Município e ao bem estar de sua população, em conformidade com a Constituição Federal, Constituição do Estado de São Paulo e a Lei Orgânica do Município.

Art. 2º A ação do Governo Municipal terá como objetivo o desenvolvimento do Município e o aprimoramento dos serviços prestados à população mediante o planejamento de suas atividades.

Art. 3º O desenvolvimento do Município tem por objetivo a realização plena de seu potencial econômico e a redução das desigualdades sociais e o acesso aos bens e serviços, respeitadas as vocações, as peculiaridades e a cultura local e preservado o seu patrimônio ambiental, natural e construído.

Art. 4º O processo de planejamento municipal deverá considerar os aspectos técnicos e políticos envolvidos na fixação de objetivos, diretrizes e metas para a ação municipal, e será feito por meio de elaboração atualizada, entre outros, dos seguintes instrumentos:

- I – Plano Diretor;
- II – Plano Plurianual;
- III – Diretrizes Orçamentárias;
- IV – Orçamento Anual;
- V – Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal e Desembolso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 2

Parágrafo único. A elaboração e execução do planejamento das atividades municipais guardarão inteira consonância com os planos e programas do Governo do Estado de São Paulo e dos órgãos da Administração Federal.

Art. 5º A ação do Município em áreas assistidas pela atuação do Estado ou União será supletiva e, sempre que for o caso, buscará mobilizar os recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis para a sua perfeita e completa execução.

Art. 6º A Administração Municipal, além dos controles formais concernentes à obediência a preceitos legais e regulamentares, deverá dispor de instrumentos de acompanhamento e avaliação de resultados da ação de seus diversos órgãos e agentes.

Art. 7º Para o aprimoramento de seus serviços, a Administração Municipal buscará elevar a produtividade operacional qualitativa de seus órgãos, por meio de rigorosa seleção de candidatos ao ingresso de seu quadro de pessoal, do treinamento e aperfeiçoamento dos servidores do estabelecimento dos níveis de remuneração compatíveis com a qualificação dos recursos humanos ou particulares, de forma a evitar novos encargos permanentes ou por requisitos de qualidade, especialidade e essencialidade.

TÍTULO II DA ESTRUTURA BÁSICA

Art. 8º A estrutura organizacional básica da Administração Superior do Município de Mogi das Cruzes, instituída pela presente lei e com os princípios nela delineados, constituir-se-á de órgãos da seguinte natureza:

I – Administração Direta, que se compõe dos seguintes órgãos:

a) Órgãos de Assessoramento: cuja função predominante é fornecer subsídios para a tomada de decisões do Prefeito. Dedicam-se à realização de estudos e pesquisas, coleta, organização e tratamento de informações, emissão de pareceres, inspeção ou controle da ação administrativa, bem como na formulação da política do desenvolvimento municipal;

b) Órgãos Auxiliares ou de Linha: cuja finalidade é coordenar e executar as atividades de administração geral e financeira de interesse comum de todos os órgãos da Administração Municipal e que, por razões de economia de escala, devem ser executados de forma centralizada;

c) Órgãos-Fim ou de Administração Específica: tem por objetivo executar os serviços e atividades de interesse direto da comunidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI - FLS. 3

II - Administração Indireta ou Descentralizada: compõe-se de Autarquias Municipais, constituindo-se em entidades dotadas de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, cujas estruturas básicas são estabelecidas por leis específicas.

Art. 9º Para desenvolver as suas atividades legais e constitucionais, a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes disporá de unidades organizacionais próprias da Administração Direta e de entidades da Administração Indireta, integradas segundo setores de atividades relativos às metas e objetivos que devem, conjuntamente, buscar atingir.

§ 1º Auxiliarão diretamente o Prefeito Municipal, no exercício do Poder Executivo, o dirigente municipal de cada uma das entidades da Administração Indireta, os Secretários Municipais, e a estes seus Coordenadores, e a estes seus Diretores, e a estes seus Chefes de Divisão.

§ 2º Administração Direta compreende o exercício das atividades da Administração Pública Municipal executadas diretamente pelas Unidades Administrativas, a saber:

I- unidades de deliberação, consulta e orientação ao Prefeito, nas suas atividades administrativas;

II- unidades de assessoramento e apoio direto ao Prefeito, para o desempenho de funções auxiliares, coordenação e controle de assuntos e programas inter-secretarias;

III- Secretarias Municipais de natureza meio e fim, órgãos de primeiro nível hierárquico, para o planejamento, comando, coordenação, fiscalização, execução, controle e orientação normativa da ação do Poder Executivo.

Art. 10. A estrutura organizacional básica da Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes será a seguinte:

I – Administração Direta:

a) Órgãos de Assessoramento:

- 1 - Secretaria de Gabinete do Prefeito;
- 2 - Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos;
- 3 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI - FLS. 4

b) Órgãos Auxiliares ou de Linha:

- 1 - Secretaria Municipal de Governo;
- 2 - Secretaria Municipal de Gestão Pública;
- 3 - Secretaria Municipal de Finanças

c) Órgãos-Fim ou de Administração Específica:

- 1 - Secretaria Municipal de Educação;
- 2 - Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 3 - Secretaria Municipal de Saúde;
- 4 - Secretaria Municipal de Obras;
- 5 - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;
- 6 - Secretaria Municipal de Transportes;
- 7 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social;
- 8 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
- 9 - Secretaria Municipal de Segurança;
- 10 - Secretaria Municipal de Agricultura;
- 11 - Secretaria Municipal de Cultura;
- 12 - Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

II – Órgãos de Administração Indireta:

- 1 - Serviço Municipal de Águas e Esgotos – SEMAE;
- 2 - Instituto de Previdência Municipal – IPREM;

III – Conselhos Municipais:

Art. 11. Os órgãos de assistência imediata e de Administração Geral constituem a administração superior direta e centralizada da Prefeitura Municipal e subordinam-se ao Prefeito por linha de autoridade hierárquica e funcional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI - FLS. 5

Art. 12. Os órgãos de Administração Indireta e Descentralizada, dotados de personalidade política própria, estão sujeitos ao controle e supervisão do Prefeito.

Art. 13. Os Conselhos Municipais, com suas características, atribuições, composição e funcionamento definidos na Lei Orgânica do Município e em leis específicas, tem como finalidade básica garantir a participação da sociedade civil no debate sobre os problemas locais e as alternativas para seu enfrentamento, buscando conciliar e solucionar conflitos, mediante:

I – promoção de debates, palestras e estudos, de forma a manter toda a comunidade informada dos planos básicos da Administração Municipal e sobre a sua implantação e execução;

II – assessoramento ao Poder Executivo Municipal na elaboração dos planos, programas e projetos decorrentes das diretrizes do Governo Municipal e aconselhamento na formulação das políticas de desenvolvimento integrado ao Município;

III – fornecimento de subsídios para elaboração das diretrizes orçamentárias, do Plano Diretor, dos Planos Plurianuais, Anuais e seus desdobramentos;

IV – ampliação da participação crítica dos representantes comunitários e dos dirigentes de órgãos da estrutura organizacional do Município com relação aos problemas setoriais do Governo.

Capítulo Único Das Atribuições Gerais dos Órgãos

Art. 14. São atribuições gerais das Secretarias Municipais e, conseqüentemente, de responsabilidade dos respectivos Secretários, nos termos do artigo 109 da Lei Orgânica do Município:

I – cumprir e fazer cumprir as leis federais, estaduais e municipais, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os demais atos com força de lei;

II – manter a sistemática de trabalhos de sua Pasta buscando o melhor aproveitamento dos servidores na prestação do serviço público;

III – zelar pelo cumprimento das disposições orçamentárias afetas à Pasta e estabelecidas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 6

IV – subsidiar o Prefeito para a tomada de decisões nos assuntos pertinentes à sua respectiva Pasta;

V – expedir instruções para a boa execução das leis, decretos, portarias, regulamentos e, ainda, atos normativos e resoluções afetas à Secretaria, ouvidos os demais órgãos no que necessário for;

VI – superintender os serviços da Secretaria e dos órgãos a ela subordinados;

VII – despachar o expediente atribuído à Pasta nos processos e demais documentos que ordinariamente não estejam sujeitos a despacho do Prefeito;

VIII – prestar à Câmara Municipal, por intermédio do Prefeito, as informações solicitadas;

IX – indicar ao Prefeito a promoção de servidores da Pasta, de acordo com as normas e disposições legais;

X – representar ao Prefeito solicitando-lhe providências, na forma da lei, para efeitos de punição disciplinar e responsabilidade dos servidores subordinados à Pasta, quando for o caso.

Art. 15. São atribuições gerais dos **Departamentos** e, conseqüentemente, de responsabilidade dos respectivos Diretores de Departamento:

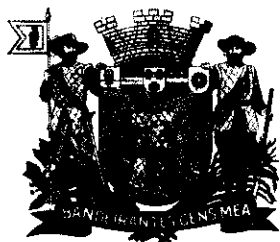
I – cumprir e fazer cumprir as leis federais, estaduais e municipais, bem como os demais atos com força de lei;

II – manter a sistemática de trabalhos da Pasta a que está subordinado, buscando o melhor aproveitamento dos servidores na prestação do serviço público;

III – dirigir, supervisionar e orientar as atividades desenvolvidas pela subunidade;

IV – informar em processos atinentes a assuntos de competência da subunidade;

V – fundamentar, sugerir e propor ao Secretário Municipal e, por intermédio deste, ao Prefeito, as providências necessárias ao bom andamento dos serviços sob a direção da subunidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 7

VI – propor ao Secretário e, por intermédio deste, ao Prefeito, quando o fato exigir, a instauração de sindicância ou processo administrativo sobre irregularidades ocorridas na subunidade;

VII – zelar pelo bom uso e registro dos bens patrimoniais sob a guarda de sua subunidade;

VIII – prestar ao Secretário informações e esclarecimentos sobre assuntos que devam ser objeto de considerações superiores.

Art. 16. São atribuições gerais das **Divisões** e, conseqüentemente, de responsabilidade dos respectivos Chefes de Divisão:

I – cumprir e fazer cumprir as leis federais, estaduais e municipais, bem como os demais atos com força de lei;

II – manter a sistemática de trabalhos da Pasta a que está subordinado, buscando o melhor aproveitamento dos servidores na prestação do serviço público;

III – chefiar, dirigir e controlar os trabalhos que lhes são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos;

IV – controlar o suprimento de materiais necessários para os serviços da Divisão;

V – determinar a distribuição de processos e tarefas pelos servidores subordinados, zelando pela fiel observância dos prazos fixados para seu estudo e conclusão;

VI - propor ao seu superior imediato a escala de férias dos seus chefiados;

VII – fiscalizar a freqüência e a permanência do pessoal no serviço;

VIII – propor ao superior imediato as medidas que considerarem necessárias ao aperfeiçoamento ou à melhor execução dos serviços;

IX – prestar ao superior imediato informações e esclarecimentos sobre assuntos que devam ser objeto de consideração superior;

X – proferir despachos interlocutórios em processos atinentes a assuntos de sua competência ou naqueles cuja decisão esteja fora do âmbito de suas atribuições.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 8

XI – assinar ou visar documentos emitidos ou preparados pelas subunidades que dirigem, encaminhando-os à apreciação de seus superiores imediatos;

XII – responder diretamente ao Prefeito, quando solicitado for, de forma interlocutória ou por meio de relatório.

Parágrafo único. As atribuições específicas de cada Divisão serão estabelecidas por ato do Executivo.

Art. 17. São atribuições gerais das **Coordenadorias** e, conseqüentemente, de responsabilidade dos respectivos Coordenadores:

I – cumprir e fazer cumprir as leis federais, estaduais e municipais, bem como os demais atos com força de lei;

II – manter a sistemática de trabalhos da Pasta a que está subordinado, buscando o melhor aproveitamento dos servidores na prestação do serviço público;

III – coordenar as atividades da macro-unidade, estabelecendo e propondo ao Chefe do Executivo e ao Secretário da unidade: escalas, providências, pareceres, modelos operacionais, relatórios e o que necessário for para manter os acervos municipais;

IV – buscar mecanismos instrumentais e tecnológicos que aumentem a eficiência da macro-unidade;

V – manter sob guarda dados e informações pertencentes ao acervo municipal, deles dispondo sob orientação direta do Prefeito ou por ele delegada ao Secretário da Pasta;

VI – dirigir as atividades de competência específica da Coordenadoria;

VII - responder diretamente ao Prefeito, quando solicitado for, de forma interlocutória ou por meio de relatório;

Art. 18. São atribuições gerais das Consultorias e das Assessorias e, conseqüentemente, de responsabilidade dos Consultores e dos Assessores:

I – cumprir e fazer cumprir as leis federais, estaduais e municipais, bem como os demais atos com força de lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 9

II – analisar a sistemática de trabalho das áreas nas quais presta consultoria ou assessoria ao Chefe do Executivo, buscando a melhor integração e exatidão na prestação do serviço público;

III – assessorar o Prefeito com a emissão de pareceres atinentes à sua área de atuação;

IV – subsidiar o Prefeito para tomadas de decisão nas ações atinentes à sua área de atuação;

V – buscar dados, informações de tudo o mais que determinado for e se fizerem necessários para a análise e efetivação dos atos administrativos;

VI – participar, quando nomeado for, de comissões especiais ou permanentes;

VII – responder diretamente ao Prefeito, quando solicitado for, de forma interlocutória ou pro meio de relatório;

Art. 19. São atribuições gerais da Ouvidoria Geral Municipal:

I – receber e analisar as reclamações que não forem solucionadas pelo atendimento habitual da Municipalidade;

II - encaminhar resposta ao reclamante que apresentar a demanda, após decisão do Prefeito;

III - propor ao Prefeito medidas de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas;

IV - prestar gratuitamente os serviços aos cidadãos que busquem a Ouvidoria Geral.

V – cumprir e fazer cumprir as leis federais, estaduais e municipais, bem como os demais atos com força de lei;

VI – manter a sistemática de trabalhos da Pasta a que está subordinado, buscando o melhor aproveitamento dos servidores na prestação do serviço público;

VII – coordenar as atividades da macro-unidade, estabelecendo e propondo ao Chefe do Executivo e ao Secretário da unidade: escalas, providências, pareceres,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 10

modelos operacionais, relatórios e o que necessário for para manter os acervos municipais;

VIII – buscar mecanismos instrumentais e tecnológicos que aumentem a eficiência da macro-unidade;

IX – manter sob guarda dados e informações pertencentes ao acervo municipal, deles dispondo sob orientação direta do Prefeito ou por ele delegada ao Secretário da Pasta;

X – dirigir as atividades de competência específica da Coordenadoria;

XI - responder diretamente ao Prefeito, quando solicitado for, de forma interlocutória ou por meio de relatório;

Art. 20. São atribuições gerais da Supervisão de Ensino e, conseqüentemente, do respectivo Supervisor, supervisionar os Ensinos Fundamental e Infantil do Município, melhorar a frequência das Escolas e a qualidade de ensino e valorizar o professor, e ainda:

I – cumprir e fazer cumprir as leis federais, estaduais e municipais, bem como os demais atos com força de lei;

II – manter a sistemática de trabalhos da Pasta a que está subordinado, buscando o melhor aproveitamento dos servidores na prestação do serviço público;

III – chefiar, dirigir e controlar os trabalhos que lhes são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos;

IV – controlar o suprimento de materiais necessários para os serviços da Divisão;

V – determinar a distribuição de processos e tarefas pelos servidores subordinados, zelando pela fiel observância dos prazos fixados para seu estudo e conclusão;

VI - propor ao seu superior imediato a escala de férias dos seus chefiados;

VII – fiscalizar a frequência e a permanência do pessoal no serviço;

VIII – propor ao superior imediato as medidas que considerarem necessárias ao aperfeiçoamento ou à melhor execução dos serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 11

IX – prestar ao superior imediato informações e esclarecimentos sobre assuntos que devam ser objeto de consideração superior;

X – proferir despachos interlocutórios em processos atinentes a assuntos de sua competência ou naqueles cuja decisão esteja fora do âmbito de suas atribuições;

XI – assinar ou visar documentos emitidos ou preparados pelas subunidades que dirigem, encaminhando-os à apreciação de seus superiores imediatos;

XII – responder diretamente ao Prefeito, quando solicitado for, de forma interlocutória ou por meio de relatório.

Parágrafo único. As atribuições específicas da Supervisão de Ensino serão estabelecidas por ato do Executivo.

Art. 21. São atribuições gerais do Gabinete do Vice-Prefeito apoiar o Chefe do Executivo Municipal na sua missão de governar a cidade e direcionar os planos estratégicos, visando ao bem-estar da população mogiana.

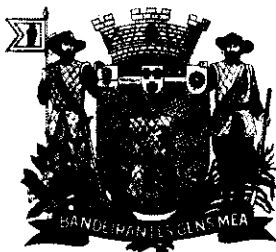
Art. 22. As atribuições específicas das Secretarias, Coordenadorias, Departamentos, Divisões, Consultorias, Assessorias e do Gabinete do Vice-Prefeito serão estabelecidas por ato do Executivo.

TÍTULO III DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Capítulo I Da Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito

Art. 23. A Secretaria de Gabinete do Prefeito é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar, promover a execução das atividades relativas ao Cerimonial, Comunicação, Assistência Comunitária, Ouvidoria Geral, Habitação, bem como assistir ao Prefeito em suas relações com os munícipes, autoridades, entidades e outros órgãos.

Art. 24. A Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI - FLS. 12

- I – Divisão de Expediente
- II- Departamento de Administração de Processos
Divisão de Cerimonial
- III- Departamento de Assistência Comunitária:
Divisão de Encaminhamentos Sociais
Divisão de Emergências Sociais
- IV - Departamento de Relações Conveniadas
- V- Ouvidoria Geral Municipal
Departamento Administrativo Técnico
Divisão de Recepção de Processos
Divisão de Encaminhamento
- VI - Coordenadoria de Comunicação Social
Divisão de Comunicação
- VII- Coordenadoria de Habitação
Divisão de Mapeamento e Fiscalização
Divisão de Ação Social

Departamento de Regularização Fundiária
Divisão de Regularização Fundiária

Departamento de Habitação
Divisão de Programa Habitacional
Divisão de Novas Moradias
- VIII- Gabinete do Vice-Prefeito
Departamento de Controle e Expedição
Divisão de Expediente

§ 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 23 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 13

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 23 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria de Gabinete do Prefeito, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; as Coordenadorias, por um Coordenador – Padrão “C-46” cada; os Departamentos, por um Diretor - Padrão “C-44” cada; as Divisões, por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40” cada, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.

§ 3º - A unidade Ouvidoria Geral Municipal a que alude o artigo 23, será dirigida por um Assessor Especial de Gabinete – Ouvidor Geral – Padrão “C-48”, com o mesmo nível hierárquico, atribuições e prerrogativas do cargo de Secretário Municipal.

Art. 25. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria de Gabinete do Prefeito serão estabelecidas por ato do Executivo.

Capítulo II Da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

Art. 26. A **Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos** é o órgão ao qual incumbe representar o Município, em qualquer ação, processo judicial ou extrajudicial, onde este seja autor ou réu, assistente, ou de qualquer forma interessado em todo e qualquer foro e grau de jurisdição. Centraliza o trato de toda matéria jurídica no âmbito do Município, competindo-lhe atender consultas sobre assuntos jurídicos, examinar matéria legal, emitir pareceres jurídicos às demais unidades organizacionais; estudar e redigir decretos, contratos, escrituras, convênios e outros instrumentos, como igualmente assistir ao Município em transações imobiliárias e efetuar a cobrança amigável, judicial da dívida ativa do Município.

Art. 27. A Secretaria Municipal de **Assuntos Jurídicos**, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:

- I- Divisão de Expediente
- II- Departamento de Apoio Jurídico e Administrativo
Divisão Administrativa
- III- Departamento de Contencioso em Geral



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 14

Divisão de Contencioso em Geral

- IV- Departamento de Estudos e Assessoria Jurídica
Divisão de Estudos e Assessoria Jurídica
- V- Departamento de Execução Fiscal
Divisão de Controle da Dívida
Divisão de Contencioso Judicial Fiscal
- VI- Departamento de Cobrança Amigável
Divisão de Cobrança Amigável

§ 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 26 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal.

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 26 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria de Assuntos Jurídicos, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; os Departamentos, por um Diretor - Padrão “C-44” cada; as Divisões, por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40” cada, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.

Art. 28. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria de Assuntos Jurídicos serão estabelecidas por ato do Executivo.

Capítulo III

Da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Art. 29. A **Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo** é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar, promover a execução, estabelecer diretrizes de desenvolvimento urbano e ordenar a ocupação e o uso do solo em todo o município, bem como na elaboração, atualização, aplicação das normas urbanísticas e ainda, articular políticas e ações, com as demais unidades organizacionais.

Art. 30. A Secretaria Municipal de **Planejamento e Urbanismo**, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 15

- I - Divisão de Expediente

- II- Departamento de Projetos Físicos e Urbanísticos
Divisão de Projetos
Divisão de Topografia

- III- Departamento de Uso e Ocupação do Solo
Divisão de Informação e Geoprocessamento
Divisão de Uso e Ocupação do Solo
Divisão de Análise Urbanística

- IV- Departamento de Licenciamento de Obras Particulares
Divisão de Parcelamento do Solo
Divisão de Uso e Documentação Técnica
Divisão de Licenciamento de Obras Particulares
Divisão de Fiscalização de Obras Particulares

§ 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 29 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal.

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 29 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria de Planejamento e Urbanismo, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; os Departamentos, por um Diretor - Padrão “C-44” cada; as Divisões, por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40” cada, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.

Art. 31. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria de Planejamento e Urbanismo serão estabelecidas por ato do Executivo.

Capítulo IV Da Secretaria Municipal de Governo

Art. 32. A **Secretaria Municipal de Governo** é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar, promover a execução das atividades inerentes à gestão documental, bem como às legislações, normas, contratos, convênios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 16

Art. 33. A Secretaria Municipal de **Governo**, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:

- I- Divisão de Expediente

- II- Departamento de Administração
 - Divisão de Legislação e Normas
 - Divisão de Contratos e Convênios
 - Divisão de Publicidade e Editais
 - Divisão de Administração de Processos
 - Divisão de Arquivo
 - Divisão de Protocolo
 - Divisão de Atividades Auxiliares
 - Divisão de Administração de Cemitérios

§ 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 32 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal.

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 32 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria de Governo, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; os Departamentos, por um Diretor - Padrão “C-44” cada; as Divisões, por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40” cada, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.

Art. 34. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria de Governo serão estabelecidas por ato do Executivo.

Capítulo V **Da Secretaria Municipal de Gestão Pública**

Art. 35. A **Secretaria Municipal de Gestão Pública** é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar, promover a execução das atividades inerentes à gestão de pessoas, gestão de suprimentos, patrimônio, tecnologia da informação, bem como as atividades de atendimento ao cidadão.

Art. 36. A Secretaria Municipal de **Gestão Pública**, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 17

- I- Divisão de Expediente

- II- Departamento de Gestão Patrimonial
 - Divisão de Almoxarifado
 - Divisão de Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

- III - Departamento de Gestão de Bens e Serviços
 - Divisão de Compras
 - Divisão de Editais e Licitações
 - Divisão de Cadastro de Fornecedores
 - Divisão Técnica de Serviços e Suporte
 - Divisão de Sede de Pronto Atendimento ao Cidadão
 - Divisão Regional de Pronto Atendimento ao Cidadão

- IV- Departamento de Recursos de Tecnologia da Informação
 - Divisão de Processamento de Dados
 - Divisão de Apoio à Informática
 - Divisão de Desenvolvimento e Programação
 - Divisão de Atendimento e Suporte Técnico
 - Divisão de Redes e Conectividade

- V- Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos
 - Departamento de Recursos Humanos
 - Divisão de Folha de Pagamento
 - Divisão de Suprimentos e Atos de Pessoal
 - Divisão de Cadastro Funcional
 - Divisão Técnica de Recursos Humanos
 - Divisão de Encargos e Rescisões
 - Divisão de Concessão de Benefícios

- VI- Departamento de Capacitação Profissional e Formação Contínua
 - Divisão de Integração e Capacitação
 - Divisão de Carreiras e Promoção Funcional

✓ § 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 35 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI - FLS. 18

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 35 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria de Gestão Pública, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; a Coordenadoria, por um Coordenador – Padrão “C-46”; os Departamentos, por um Diretor - Padrão “C-44” cada; as Divisões, por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40” cada, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.

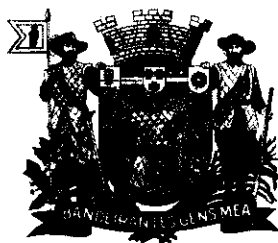
Art. 37. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria de Gestão Pública serão estabelecidas por ato do Executivo.

Capítulo VI Da Secretaria Municipal de Finanças

Art. 38. A **Secretaria Municipal de Finanças** é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar, promover a execução das atividades inerentes à gestão financeira, patrimonial, contábil e de todo o processo tributário, bem como da movimentação de bens, valores e outras atividades correlatas.

Art. 39. A Secretaria Municipal de **Finanças**, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:

- I- Divisão de Expediente
- II- Departamento de Rendas Imobiliárias
Divisão de Rendas Imobiliárias
Divisão de Avaliação de Imóveis
- III- Departamento de Cadastro Mobiliário
Divisão de Cadastro Mobiliário
- IV- Departamento de Fiscalização de ISS/ICMS
Divisão de Fiscalização de ISS/ICMS
- V- Departamento de Despesa
Divisão de Despesa
Divisão de Tesouraria



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 19

- VI- Departamento de Orçamento e Contabilidade
Divisão de Orçamento e Controle de Subvenções e Convênios
Divisão de Controle de Dados

§ 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 38 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal.

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 38 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria de Finanças, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; os Departamentos, por um Diretor - Padrão “C-44” cada, as Divisões, por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40” cada, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.

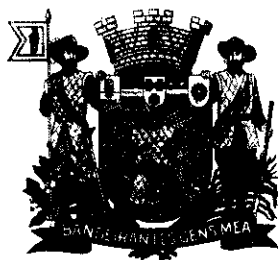
Art. 40. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Finanças serão estabelecidas por ato do Executivo.

Capítulo VII Da Secretaria Municipal de Educação

Art. 41. A **Secretaria Municipal de Educação** é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar, promover a execução das políticas, programas, planos educacionais nos níveis do ensino fundamental, médio, assim como atender os programas de Alimentação Escolar.

Art. 42. A **Secretaria Municipal de Educação**, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:

- I – Divisão de Expediente
- II- Divisão de Legislação e Normas
- III- Divisão de Relações Institucionais
- IV- Divisão de Administração e Finanças
- V- Divisão de Subvenções
- VI- Supervisão de Ensino



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI - FLS. 20

VII- Coordenadoria de Atenção Integração à Criança - CAIC

VIII- Departamento de Orientação e Promoção

Divisão de Programas Comunitários

Divisão de Apoio Administrativo

Divisão do Centro de Apoio ao Portador de Necessidades
Educação Especiais – Pró-Escolar

IX- Departamento de Planejamento Educacional

Divisão de Planejamento e Organização de Escolas

Divisão de Tecnologia da Informação

Divisão de Manutenção de Prédios Escolares

Divisão de Recursos e Transporte Escolar

X- Departamento Pedagógico

Divisão de Orientação Pedagógica

Divisão de Formação Continuada

Divisão de Programas Educacionais

Divisão de Projetos Especiais

Divisão de Educação Ambiental

Divisão de Administração do CEMFORPE

XI- Departamento de Divulgação e Publicações Educacionais

Divisão de Publicações Educacionais

Divisão de Produção e Distribuição de Materiais Gráficos

XII- Departamento de Educação Não Formal

Divisão de Apoio à Educação de Jovens e Adultos

Divisão de Ensino Profissionalizante

Divisão de Atividades Auxiliares

XIII- Departamento de Alimentação Escolar

Divisão de Supervisão da Merenda

Divisão de Distribuição da Merenda

§ 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 41 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 21

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 41 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria de Educação, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; a Supervisão de Ensino, por um Supervisor – Padrão “C-42”; a Coordenadoria, por um Coordenador – Padrão “C-46”; os Departamentos, por um Diretor - Padrão “C-44” cada; as Divisões, por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40” cada, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.

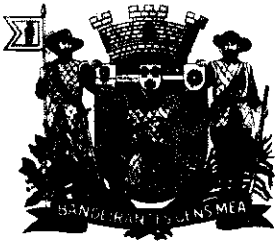
Art. 43. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Educação serão estabelecidas por ato do Executivo.

Capítulo VIII Da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 44. A **Secretaria Municipal de Assistência Social** é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar e promover a execução das políticas, planos, programas de assistência social, juventude, idoso, da cidadania e combate à discriminação de raça e de orientação sexual.

Art. 45. A Secretaria Municipal de **Assistência Social**, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:

- I – Divisão de Expediente
- II- Divisão de Conselhos Municipais
- III- Departamento de Proteção Social Básica
Divisão de Ações Sócio-Familiares Comunitário
Divisão do Centro Integrado de Cidadania
- IV- Departamento de Proteção Social Especial
Divisão de Serviços de Alta Complexidade
Divisão de Apoio a Entidades Sociais
Divisão de Assistência Técnica
- V- Departamento da Casa da Criança
Divisão de Ações Sócio-Educativas
Divisão de Apoio à Criança
Divisão de Apoio ao Conselho Tutelar



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 22

VI- Coordenadoria do Idoso

VII- Coordenadoria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida
Divisão de Empregabilidade e Qualidade de Vida

§ 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 44 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal.

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 44 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria de Assistência Social, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; as Coordenadorias, por um Coordenador – Padrão “C-46” cada, os Departamentos, por um Diretor - Padrão “C-44” cada; as Divisões, cada uma por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40” cada, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.

Art. 46. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Assistência Social serão estabelecidas por ato do Executivo.

Capítulo IX Da Secretaria Municipal de Saúde

Art. 47. A **Secretaria Municipal de Saúde** é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar, promover a execução das atividades inerentes às políticas, planos, programas de saúde pública, vigilância e epidemiológica.

Art. 48. A Secretaria Municipal de **Saúde**, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:

- I- Divisão de Expediente
- II- Divisão de Apoio, Programas e Campanhas
- III- Divisão de Planejamento e Políticas de Saúde
- IV- Divisão de Tecnologia da Informação e Estatística da Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 23

- V- Departamento de Rede Básica
 - Divisão de Unidades Básicas de Saúde – UBS
 - Divisão de Estratégia de Saúde da Família
 - Divisão de Gestão Médica
 - Divisão de Serviços Especializados
 - Divisão do PROMEG
 - Divisão de Atenção ao Usuário

- VI- Departamento de Apoio Técnico
 - Divisão de Controle da Resolutividade
 - Divisão de Referenciamento
 - Divisão de Regulação do Sistema de Saúde
 - Divisão de Gestão de Contratos e Convênios

- VII- Departamento de Controle e Estatística
 - Divisão de Controle de Estoque
 - Divisão de Obras, Patrimônio e Manutenção
 - Divisão de Controle de Verbas do SUS
 - Divisão de Serviços Terceirizados de Saúde

- VIII- Departamento de Vigilância em Saúde
 - Divisão de Zoonoses
 - Divisão de Vigilância Sanitária
 - Divisão de Vigilância Epidemiológica
 - Divisão de Saúde do Trabalhador
 - Divisão de Saúde Ambiental

§ 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 47 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal.

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 47 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria de Saúde, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; os Departamentos, por um Diretor - Padrão “C-44” cada; as Divisões, por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40” cada, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.

Art. 49. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Saúde serão estabelecidas por ato do Executivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 24

Capítulo X Da Secretaria Municipal de Obras

Art. 50. A **Secretaria Municipal de Obras** é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar, promover a execução das atividades inerentes à manutenção, conservação, fiscalização de obras públicas.

Art. 51. A Secretaria Municipal de **Obras**, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:

- I- Divisão de Expediente
- II- Departamento de Obras e Edificações
Divisão de Custos
- III- Departamento de Gestão e Fiscalização de Obras Públicas
Divisão de Controle e Fiscalização de Contratos
- IV- Departamento de Apoio Técnico
Divisão de Projetos

§ 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 50 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal.

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 50 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria de Obras, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; os Departamentos, por um Diretor - Padrão “C-44” cada; as Divisões, por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40” cada, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.

Art. 52. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Obras serão estabelecidas por ato do Executivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 25

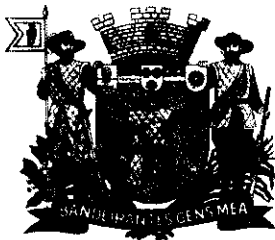
Capítulo XI Da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

Art. 53. A **Secretaria Municipal de Serviços Urbanos** é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar, promover a execução das atividades inerentes à limpeza pública, manutenção, conservação de próprios, logradouros públicos, cemitérios, estradas municipais.

Art. 54. A Secretaria Municipal de **Serviços Urbanos**, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:

- I – Divisão de Expediente
- II- Departamento de Conservação Urbana
Divisão de Recapeamento Asfáltico
Divisão de Tapa-Buracos
- III- Departamento de Manutenção Urbana e Rural
Divisão de Fiscalização e Controle da Limpeza Pública
Divisão de Conservação das Estradas Rurais e Vicinais
Divisão de Manutenção de Praças, Parques e Jardins
- IV- Departamento de Manutenção de Próprios Públicos
Divisão de Controle e Segurança de Próprios Municipais
- V- Departamento de Expedição e Controle das Regionais
Divisão Administrativa dos Bairros da Divisa
Divisão Regional de Brás Cubas
Divisão Regional de Jundiapéba
Divisão Regional de Quatinga
Divisão Regional de Cezar de Souza
Divisão Regional de Taiapéba
Divisão Regional de Sabaúna
Divisão Regional de Biritiba-Ussu

§ 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 53 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI - FLS. 26

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 53 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria de Serviços Urbanos, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; os Departamentos, por um Diretor - Padrão “C-44” cada; as Divisões, por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40 cada”, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.

Art. 55. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos serão estabelecidas por ato do Executivo.

Capítulo XII Da Secretaria Municipal de Transportes

Art. 56. A **Secretaria Municipal de Transportes** é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar e promover a execução das atividades inerentes ao tráfego da cidade, regulamentação do uso das vias públicas sob a jurisdição do Município, bem como a emissão de permissões e concessões dos serviços de transporte público de passageiros.

Art. 57. A Secretaria Municipal de Transportes, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:

- I – Divisão de Expediente
- II- Departamento Administrativo
- III- Departamento de Infrações
- IV- Departamento de Transportes
Divisão de Normatização
Divisão de Fiscalização
- V- Departamento de Planejamento e Desenvolvimento
Divisão de Engenharia
Divisão de Sinalização
- VI- Departamento de Trânsito
Divisão de Tráfego



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 27

§ 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 56 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal.

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 56 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria de Transportes, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” ” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; os Departamentos, por um Diretor - Padrão “C-44” cada; as Divisões, por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40” cada, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.

Art. 58. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Transportes serão estabelecidas por ato do Executivo.

Capítulo XIII **Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Econômico**

Art. 59. A **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social** é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar e promover o desenvolvimento econômico e social, estimulando a implantação, ampliação de unidades industriais e comerciais, bem como o atendimento à microempresa.

Art. 60. A Secretaria Municipal de **Desenvolvimento Econômico e Social**, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:

- I – Divisão de Expediente
- II- Departamento de Indústria, Comércio e Serviços
Divisão de Indústria
Divisão de Comércio e Serviços
- III- Departamento de Emprego
Divisão de Emprego
Divisão de Capacitação
- IV- Coordenadoria de Turismo
Divisão de Marketing e Projetos
Departamento de Turismo e Novos Negócios



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 28

§ 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 59 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal.

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 59 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” ” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; a Coordenadoria, por um Coordenador – Padrão “C-46”; os Departamentos, por um Diretor - Padrão “C-44” cada; as Divisões, por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40” cada, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.

Art. 61. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social serão estabelecidas por ato do Executivo.

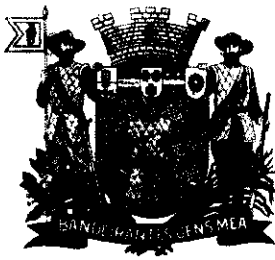
Capítulo XIV Da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Art. 62. A **Secretaria Municipal Esportes e Lazer** é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar e promover o desenvolvimento das políticas, promover o desenvolvimento das políticas, programas esportivos e de lazer.

Art. 63. A Secretaria Municipal de **Esportes e Lazer**, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:

- I – Divisão de Expediente
- II- Departamento de Esportes e Lazer
 - Divisão de Esportes
 - Divisão de Lazer
 - Divisão de Parques
- III- Departamento de Atendimento Comunitário
 - Divisão de Ações Diretas

§ 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 63 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 29

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 63 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria de Esportes e Lazer, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; os Departamentos, por um Diretor - Padrão “C-44” cada; as Divisões, por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40” cada, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.

Art. 64. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer serão estabelecidas por ato do Executivo.

Capítulo XV Da Secretaria Municipal de Segurança

Art. 65. A **Secretaria Municipal de Segurança** é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar e promover a execução das atividades relativas à defesa civil, guarda municipal.

Art. 66. A Secretaria Municipal de **Segurança Pública**, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:

- I – Divisão de Expediente
- II- Departamento de Defesa Civil
- III- Departamento de Fiscalização de Posturas
Divisão de Fiscalização do Comércio de Ambulantes
- IV- Coordenadoria da Guarda Municipal
Divisão de Operações e Ocorrências
Divisão de Monitoramento Remoto
Divisão de Defesa Social

§ 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 65 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 30

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 65 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria de Segurança, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; a Coordenadoria, por um Coordenador – Padrão “C-46”; os Departamentos, por um Diretor - Padrão “C-44” cada; as Divisões, por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40” cada, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.

Art. 67. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Segurança serão estabelecidas por ato do Executivo.

Capítulo XVI Da Secretaria Municipal de Agricultura

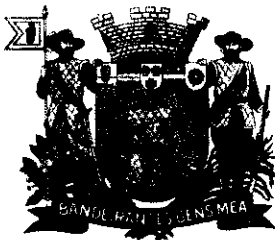
Art. 68. A **Secretaria Municipal de Agricultura** é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar e promover o desenvolvimento rural.

Art. 69. A **Secretaria Municipal de Agricultura**, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:

I - Divisão de Expediente

II - Departamento de Agronegócios
Divisão de Desenvolvimento Mercadológico
Divisão de Abastecimento de Mercado
Divisão de Tecnologia
Divisão Técnica de Capacitação
Divisão de Gestão

§ 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 68 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 31

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 68 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria de Agricultura, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; o Departamento, por um Diretor - Padrão “C-44”; as Divisões, por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40” cada, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.

Art. 70. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal Agricultura serão estabelecidas por ato do Executivo.

Capítulo XVII Da Secretaria Municipal de Cultura

Art. 71. A **Secretaria Municipal de Cultura** é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar e promover o desenvolvimento cultural.

Art. 72. A Secretaria Municipal de Cultura, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:

- I – Divisão de Expediente
- II- Departamento de Cultura
 - Divisão de Artes
 - Divisão de Divulgação e Catalogação
 - Divisão Audiovisual
 - Divisão de Museus
 - Divisão de Teatro
- III- Departamento de Fomento
 - Divisão de Manutenção e Recuperação
 - Divisão de Projetos Especiais
 - Divisão de Equipamentos

§ 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 71 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 32

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 71 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria de Cultura, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; os Departamentos, por um Diretor - Padrão “C-44” cada; as Divisões, por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40” cada, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.

Art. 73. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Cultura serão estabelecidas por ato do Executivo.

Capítulo XVIII

Da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente

Art. 74. A **Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente** é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da política ambiental.

Art. 75. A Secretaria Municipal do **Verde e Meio Ambiente**, além do **Gabinete do Secretário**, compõe-se das unidades de serviço diretamente subordinadas ao respectivo titular, a saber:

- I- Divisão de Expediente
- II- Departamento de Meio Ambiente
Divisão de Planejamento e Gestão Ambiental
Divisão de Parques e Áreas Verdes
- III- Departamento de Licenciamento Ambiental
Divisão de Licenciamento Ambiental

§ 1º Os órgãos, unidades e subunidades de que trata o artigo 74 ficam criados ou mantidos na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal.

§ 2º Os órgãos, unidades e subunidades a que alude o artigo 74 serão dirigidos conforme segue: a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto – Padrão “C-47” e por três Assessores de Gabinete – Padrão “C-28”; os Departamentos, por um Diretor - Padrão “C-44” cada; as Divisões, por um Chefe de Divisão - Padrão “C-40” cada, cargos estes isolados e de provimento em comissão e, conseqüentemente, de livre nomeação e exoneração, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, os quais ficam criados ou mantidos e integrados no Quadro de Pessoal Permanente da Municipalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 33

Art. 76. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente serão estabelecidas por ato do Executivo.

Título IV Das Disposições Gerais

Art. 77. A hierarquia dos níveis de autoridade / responsabilidade dos órgãos e das unidades e subunidades de serviços da Prefeitura Municipal obedecerá à seguinte escala:

I- as Secretarias e órgãos afins, de primeiro nível hierárquico, subordinam-se diretamente ao Prefeito;

II- As Coordenadorias, de segundo nível hierárquico, subordinam-se diretamente às Secretarias Municipais;

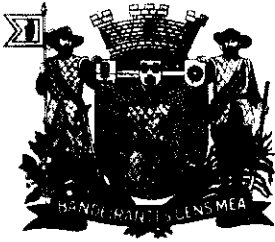
III- a Supervisão de Ensino e os Departamentos, unidades de terceiro nível hierárquico, subordinam-se às Secretarias, à Ouvidoria ou às Coordenadorias, conforme o caso;

IV- as Divisões, unidades de quarto nível hierárquico, subordinam-se aos Departamentos ou órgãos equivalentes ou superiores, conforme o caso;

Art. 78. O Prefeito poderá, observado o disposto na Lei Orgânica do Município, delegar competência às diversas chefias para proferir despachos decisórios, podendo, a qualquer momento, a seu critério, avocar a si competência delegada.

Art. 79. Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, e de acordo com a necessidade de serviço, no interesse da Administração Pública, para o cumprimento de suas atribuições e programas de trabalho, desdobrar ou relocar competência de serviço ou um Departamento de uma Secretaria para outra, observado o princípio da natureza e especificidade da Secretaria e das atividades relocadas.

Art. 80. Os Secretários Municipais, nos termos do artigo 110 da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, são auxiliares diretos e da confiança do Prefeito, sendo responsáveis pelos atos que praticarem ou referendarem no exercício dos seus cargos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 34

Art. 81. Ficam mantidos nos Quadros de Pessoal Permanente e Variável da Municipalidade os cargos, empregos ou funções públicas criados por leis específicas e não extintos pela presente Lei.

Art. 82. Ficam extintos:

- I – um cargo de Assessor de Esportes;
- II – um cargo de Assessor de Triagem e Encaminhamento;
- III – três cargos de Assessor de Supervisão Administrativa;
- IV – um cargo de Assessor de Supervisão de Saúde;
- V – um cargo de Assessor Técnico de Supervisão Médica;
- VI – um cargo de Assessor Técnico de Finanças;
- VII – três cargos de Assessor Técnico de Treinamento.

Art. 83. Ficam extintos os órgãos, unidades, subunidades, os cargos de direção, chefia e assessoramento, de provimento em comissão, não abrangidos na presente lei, em especial todas as unidades administrativas denominadas “Setor”, os respectivos cargos de Encarregados de Setor e as funções de confiança, de provimento em comissão.

Art. 84. O Poder Executivo disporá, em decreto, na estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, sobre as competências e atribuições, denominação das unidades, subunidades e especificação dos órgãos.

Art. 85. Fica instituída a gratificação de função pela execução ou colaboração em trabalhos técnicos ou científicos ou de relevante utilidade para o serviço público, além das atribuições normais do cargo ou emprego público, que será concedida por ato administrativo próprio, na seguinte conformidade:

GF-I – Valor correspondente a diferença do cargo e ou emprego público de que seja titular, e o Padrão de Vencimentos e salários “C-28”;

GF-II – Valor correspondente a diferença do cargo e ou emprego público de que seja titular, e o Padrão de Vencimentos e salários “C-40”;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 35

GF-III – Valor correspondente a diferença do cargo e ou emprego público de que seja titular, e o Padrão de Vencimentos e salários “C-44”;

GF-IV – Valor correspondente a diferença do cargo e ou emprego público de que seja titular, e o Padrão de Vencimentos e salários “C-46”;

Art. 86. O Poder Executivo, para atender a programas especiais ou campanhas de caráter duradouro, poderá optar pela duração de cargos isolados e de provimento em comissão, mediante autorização legislativa e desde que:

I - seja a despesa de pessoal reequilibrada com a vacância de cargos isolados dos cargos criados não ultrapasse o valor salarial do cargo ou cargos declarados para vacância;

II- a somatória dos vencimentos dos cargos criados não ultrapasse o valor salarial do cargo ou cargos declarados para vacância.

Art. 87. São requisitos mínimos para lotação em cargos isolados e de provimento em comissão:

I – ensino médio completo;

II – noções básicas de informática.

Art. 88. Ficam mantidas as estruturas organizacionais básicas do Serviço Municipal de Águas e Esgotos – SEMAE e do Instituto de Previdência Municipal – IPREM, Autarquias Municipais estabelecidas por leis específicas.

Art. 89. É o Poder Executivo autorizado:

I – a remanejar, transpor, transferir ou utilizar as dotações orçamentárias aprovadas para 2011 pela Lei nº 6.473, de 21 de dezembro de 2010, em favor dos órgãos extintos, transformados, transferidos, incorporados ou desmembrados por esta lei, mantida a mesma classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI - FLS. 36

II – a aplicar o disposto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e atualizações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no artigo 5º, XV, “b”, da Constituição Federal.

III – a fazer a renominação das classificações econômicas das despesas orçamentárias e os remanejamentos necessários no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), por decreto, para adequar a nova estrutura organizacional básica da Prefeitura, de acordo com o Sistema Audesp – Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 90. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as Leis nºs 6.227, de 1º de janeiro de 2009; 6.267, de 16 de julho de 2009, 6.331, de 14 de dezembro de 2009; 6.345, de 15 de janeiro de 2010; 6.378, de 12 de maio de 2010; 6.421, de 5 de julho de 2010; 6.424, de 12 de julho de 2010, e 6.474, de 6 de dezembro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, de de 2011, 450º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.


MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI
Prefeito Municipal

SGov/rbm

GP - GABINETE DO PREFEITO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

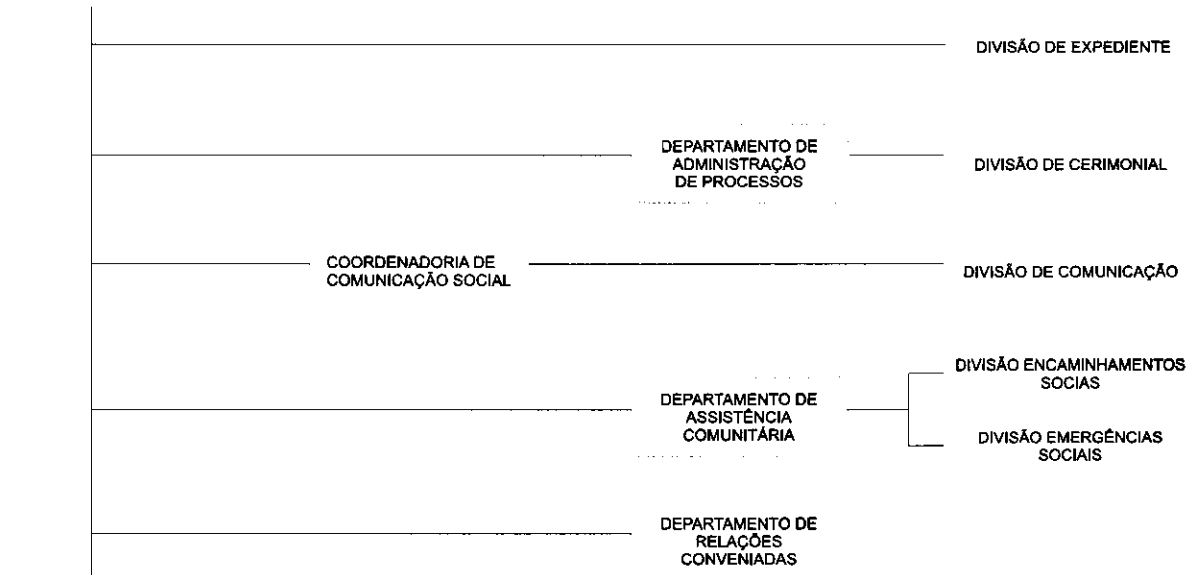
GABINETE

COORDENADORIA

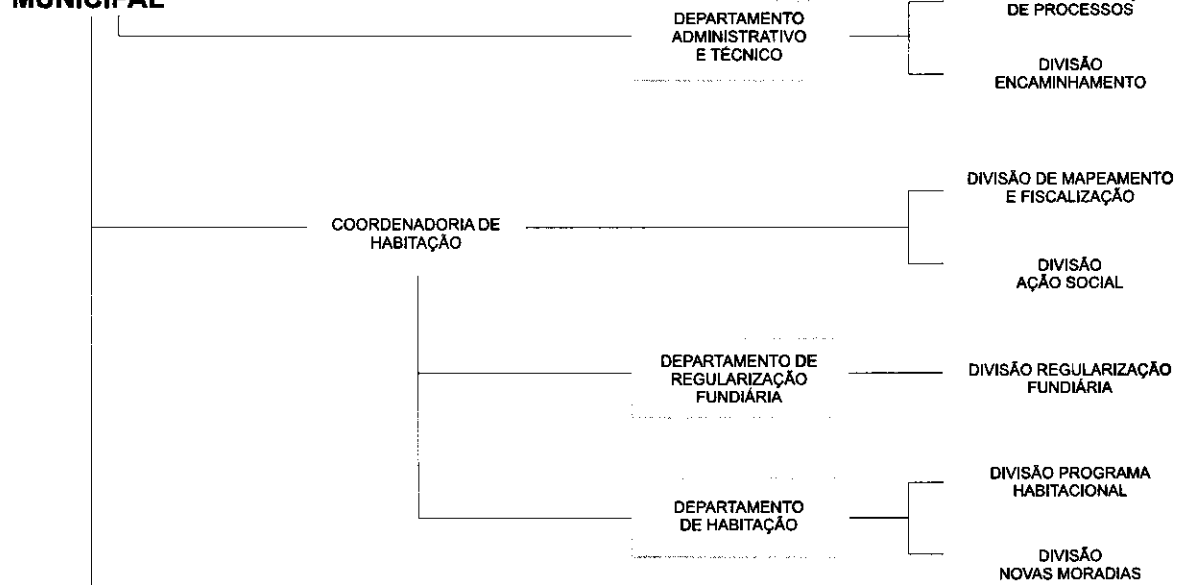
DEPARTAMENTO

DIVISÃO

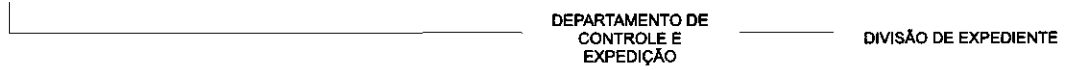
GABINETE



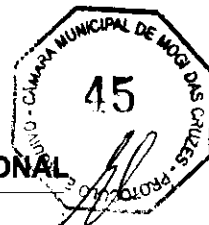
OUVIDORIA GERAL MUNICIPAL



GABINETE DO VICE-PREFEITO



M

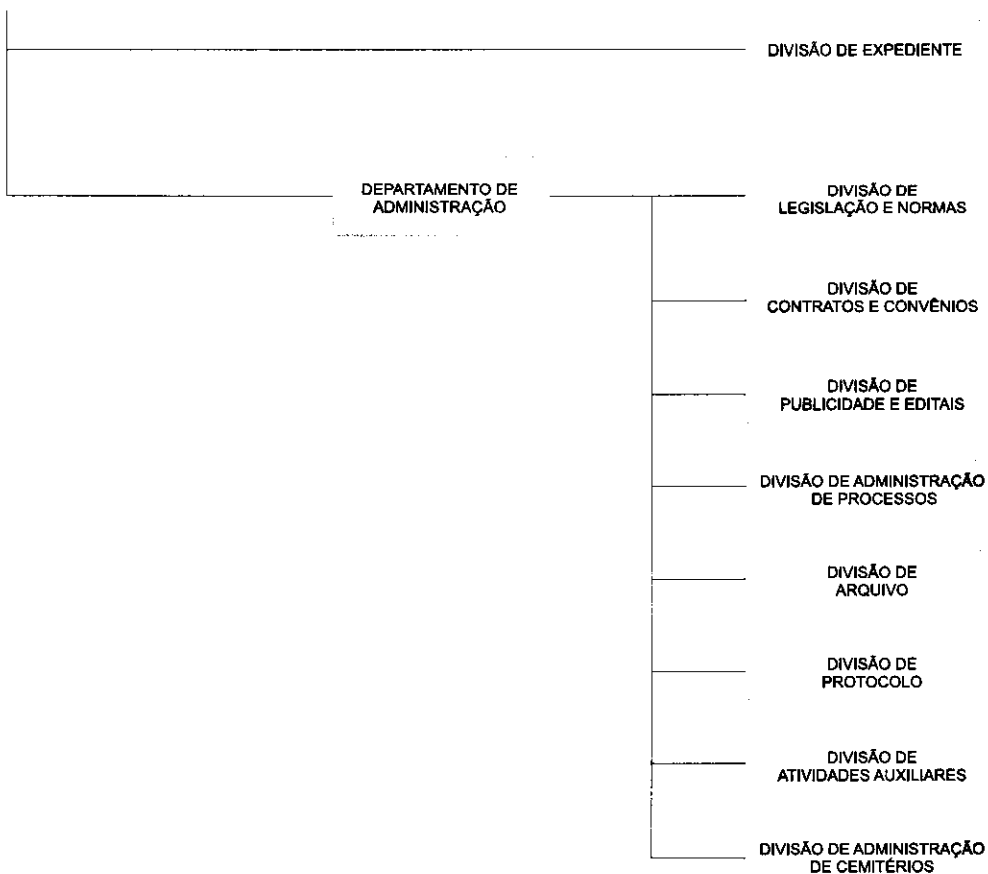


GABINETE

DEPARTAMENTO

DIVISÃO

GABINETE



A handwritten signature or mark, possibly the initials 'M', located at the bottom right of the page.



SMGP - GESTÃO PÚBLICA

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

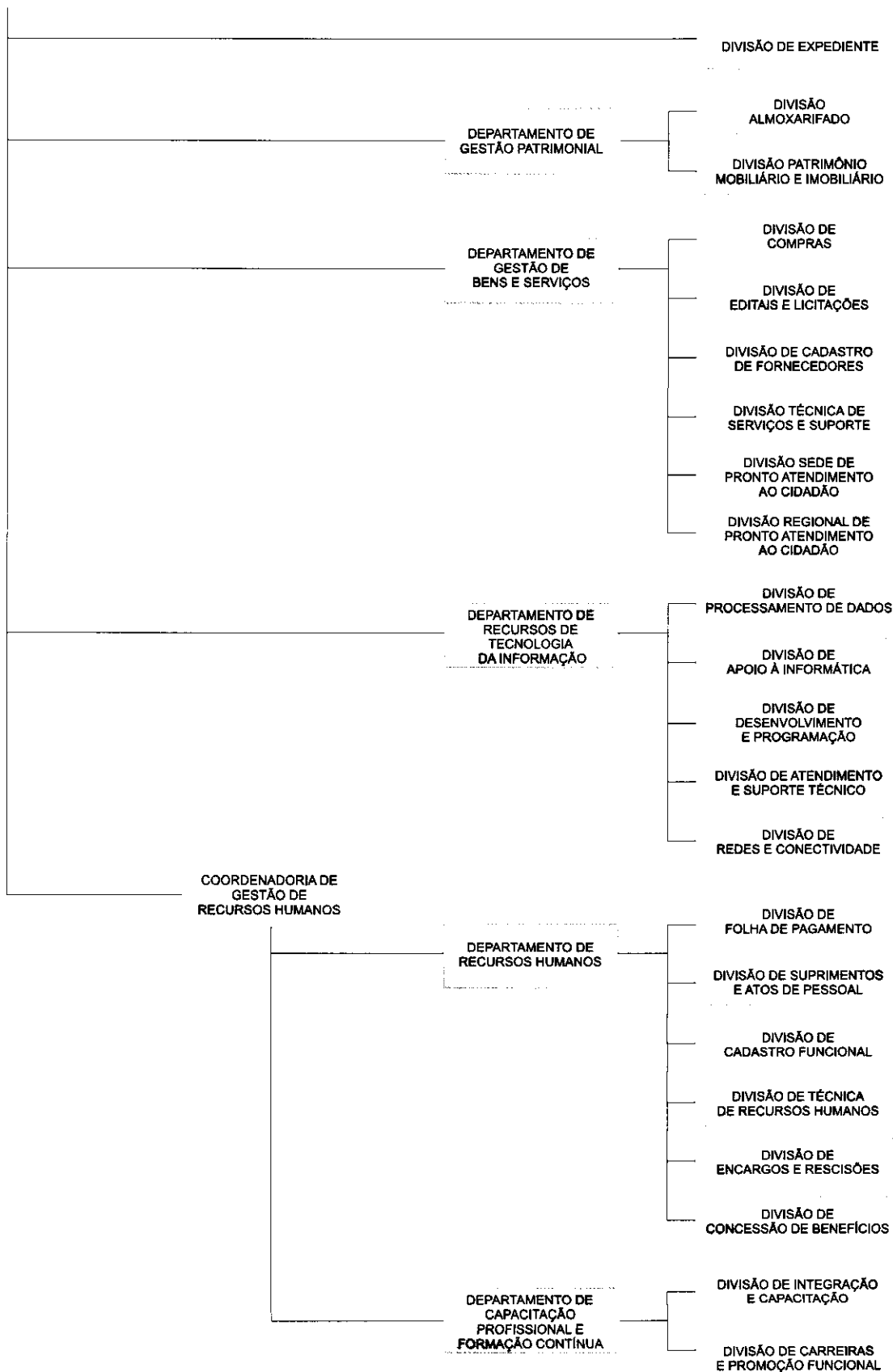
GABINETE

COORDENADORIA

DEPARTAMENTO

DIVISÃO

GABINETE



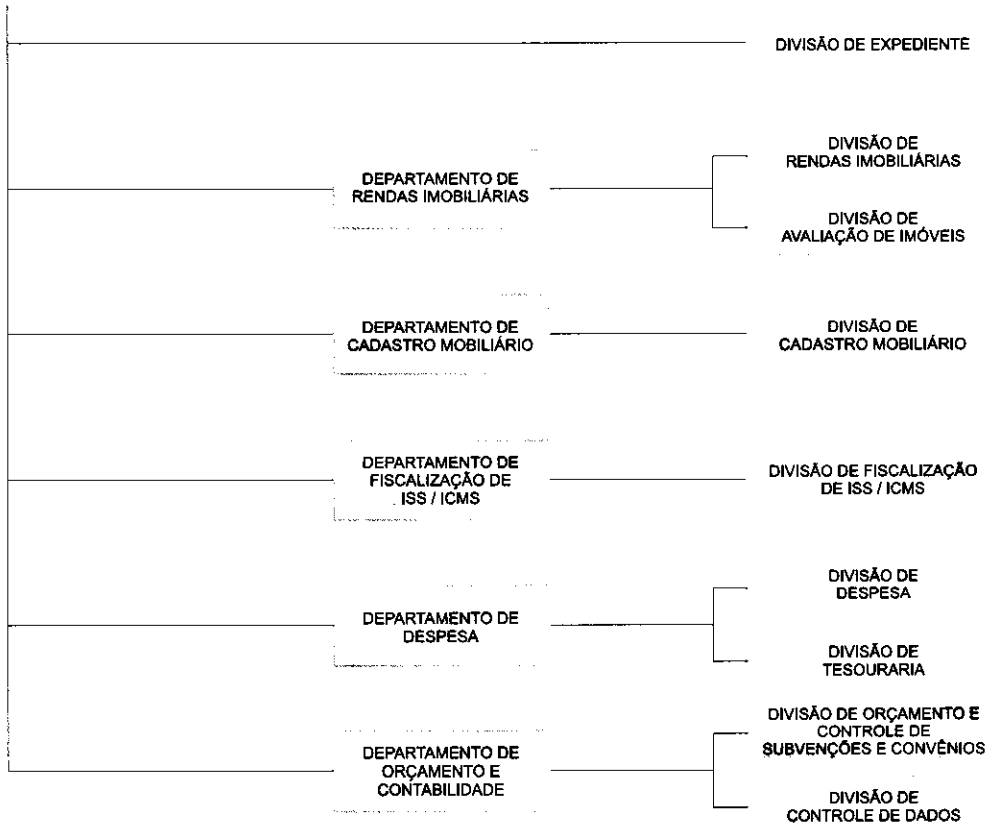


GABINETE

DEPARTAMENTO

DIVISÃO

GABINETE





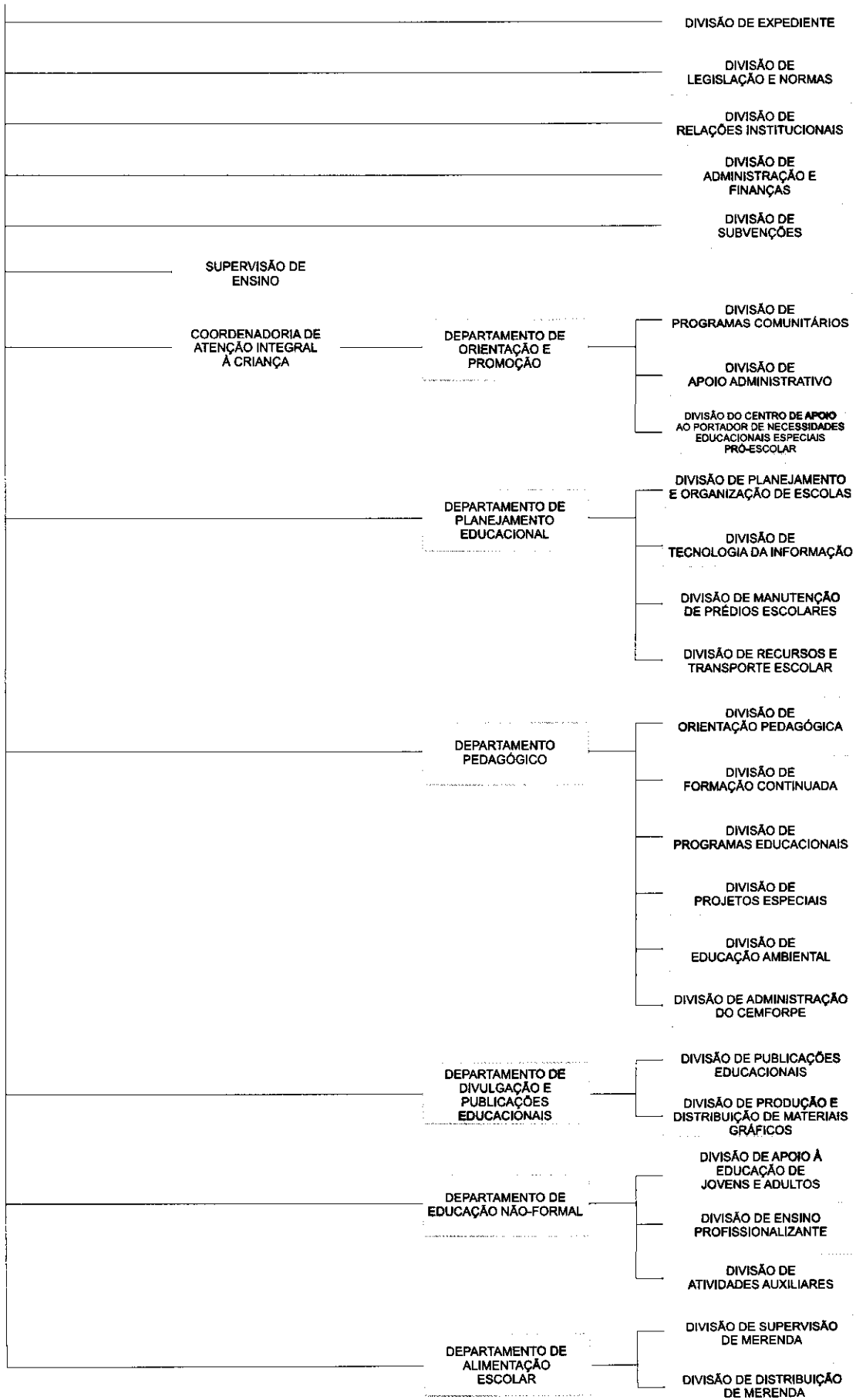
GABINETE

COORDENADORIA

DEPARTAMENTO

DIVISÃO

GABINETE



M.

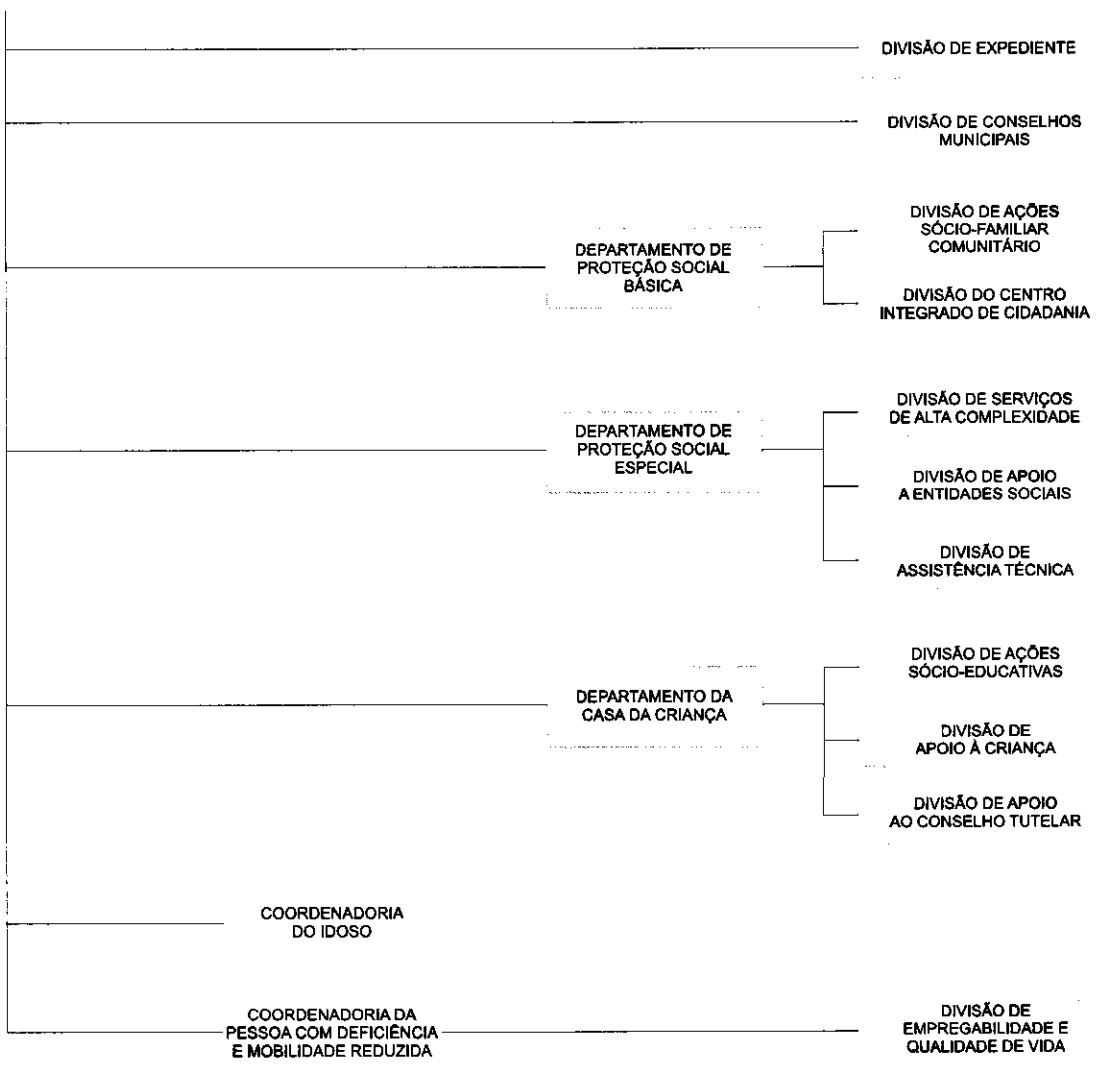


SMAS - ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

GABINETE **COORDENADORIA** **DEPARTAMENTO** **DIVISÃO**

GABINETE



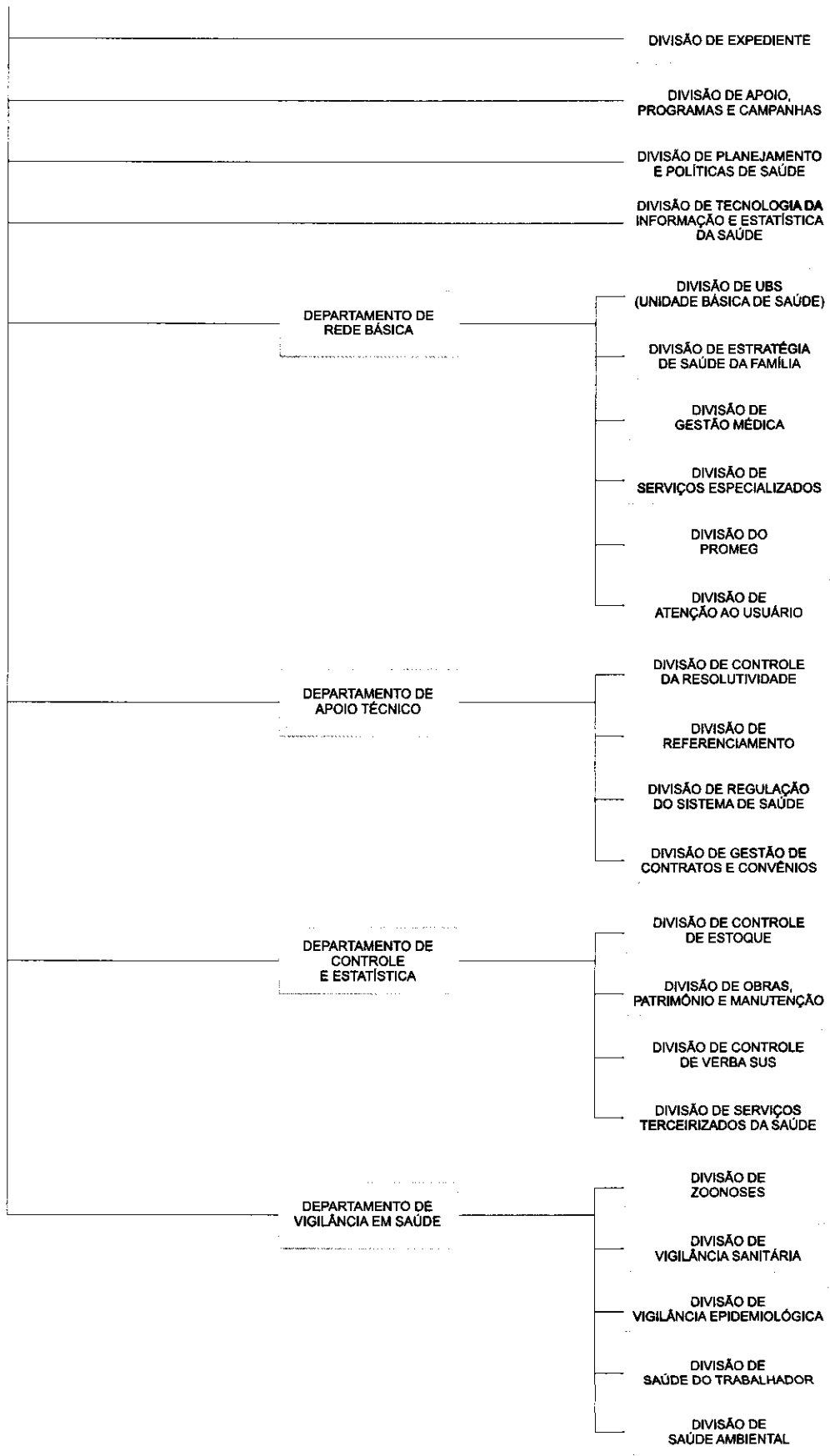
GABINETE

DEPARTAMENTO

DIVISÃO



GABINETE



M.

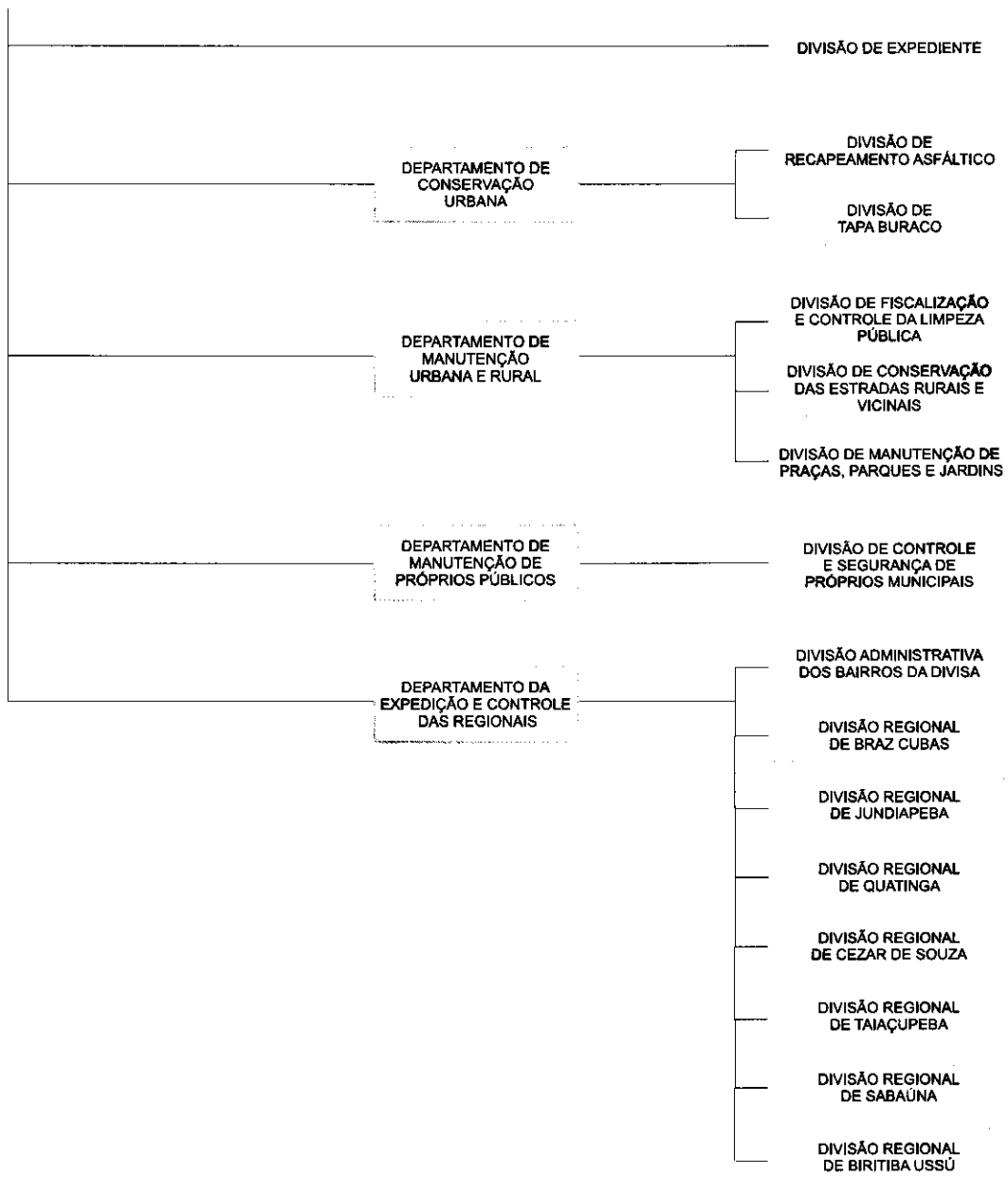


GABINETE

DEPARTAMENTO

DIVISÃO

GABINETE



M.

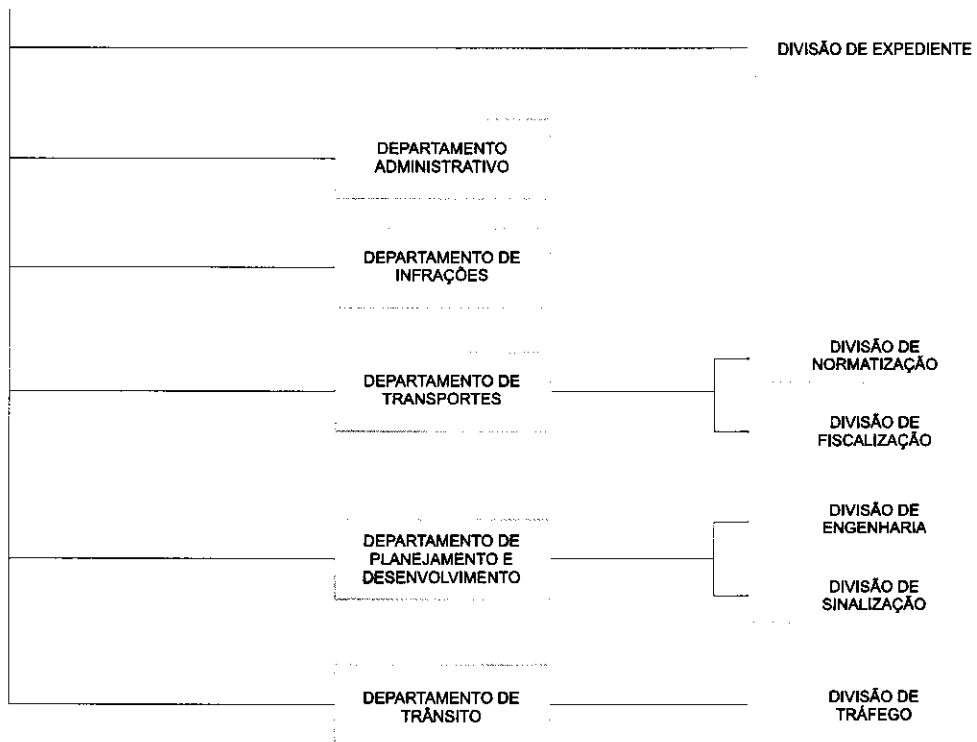


GABINETE

DEPARTAMENTO

DIVISÃO

GABINETE



M.



SMDDES - DESENV. ECONÔMICO E SOCIAL

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

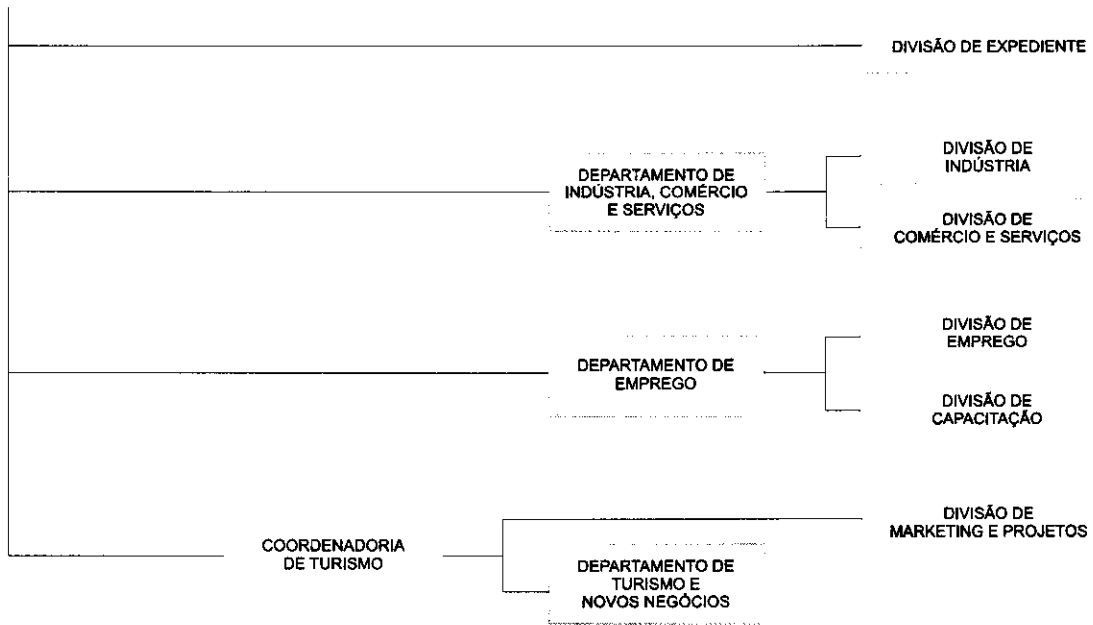
GABINETE

COORDENADORIA

DEPARTAMENTO

DIVISÃO

GABINETE



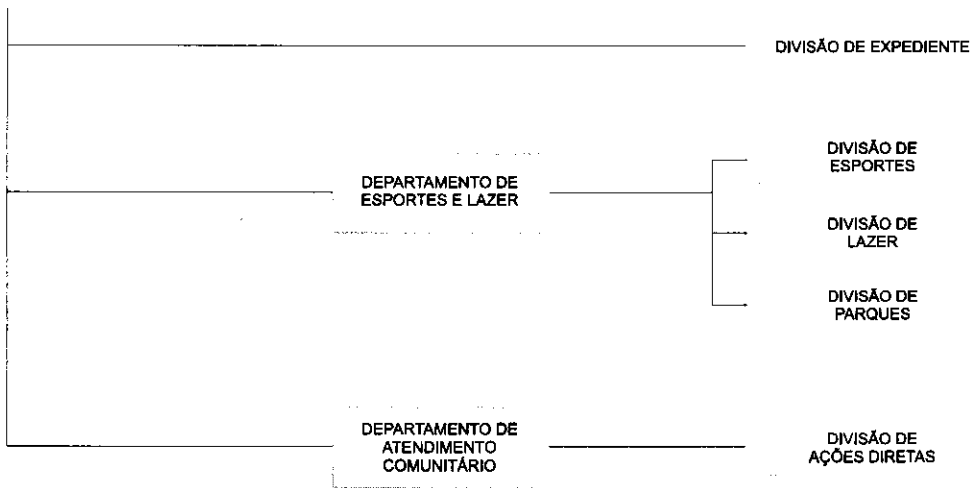


GABINETE

DEPARTAMENTO

DIVISÃO

GABINETE





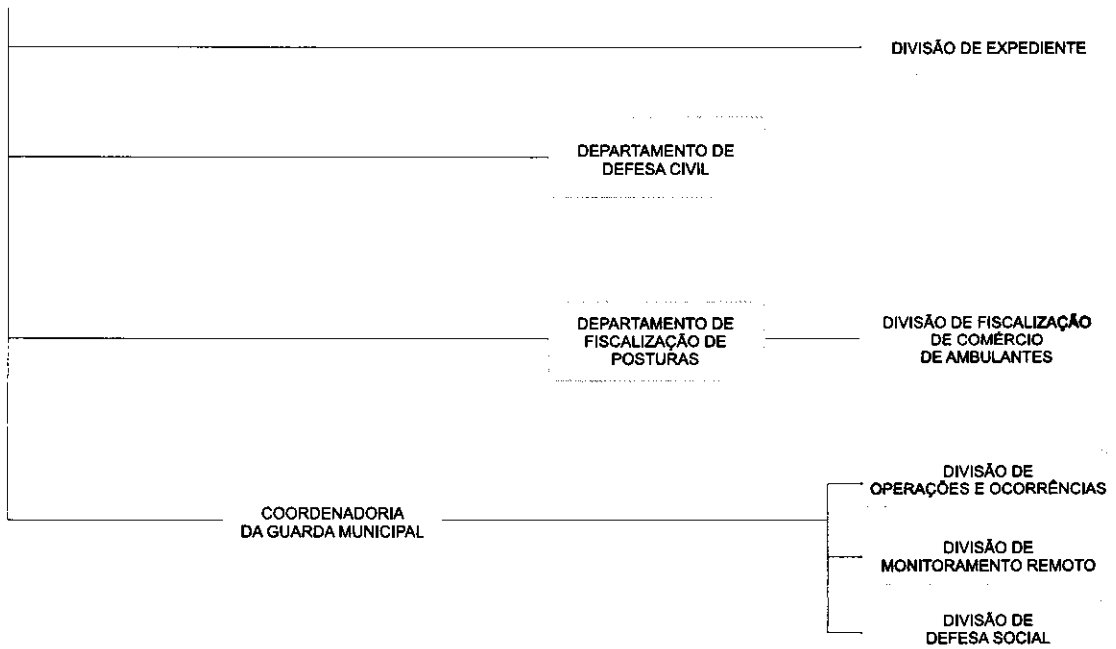
GABINETE

COORDENADORIA

DEPARTAMENTO

DIVISÃO

GABINETE



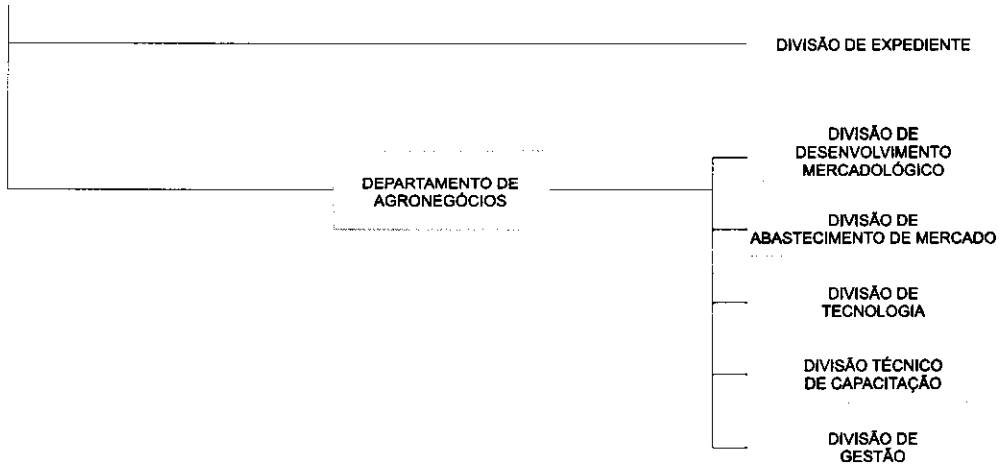


GABINETE

DEPARTAMENTO

DIVISÃO

GABINETE



M.

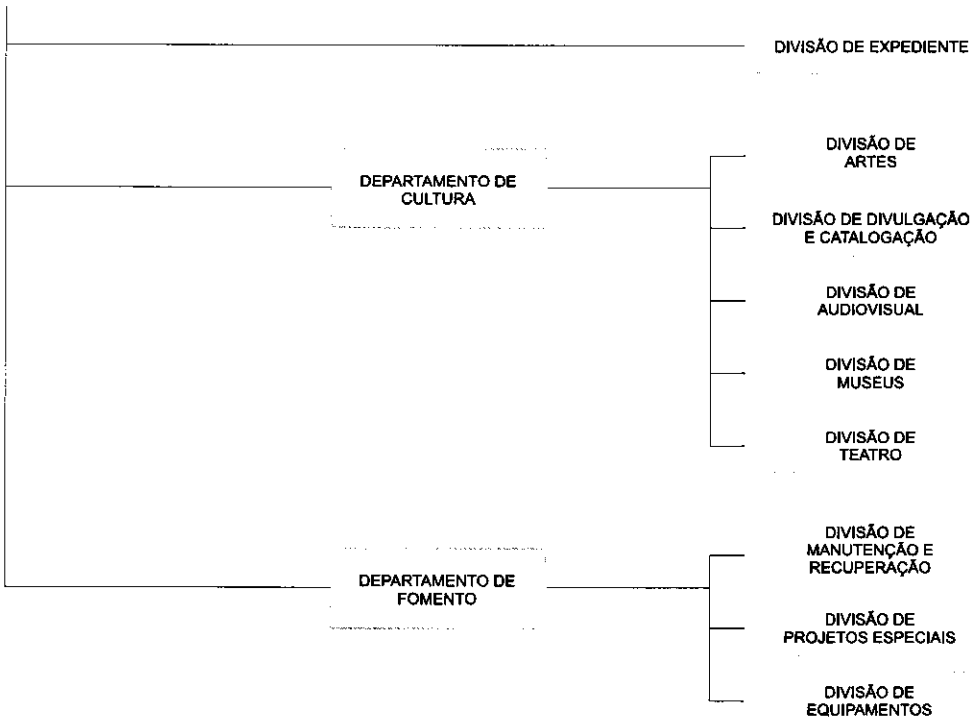


GABINETE

DEPARTAMENTO

DIVISÃO

GABINETE



M



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

Estado de São Paulo



Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP: 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.sp.gov.br

ASSESSORIA JURÍDICA

Processo **nº 047 / 2011**
Projeto de Lei **nº 035 / 2011**
Parecer da A.J. **nº 046 / 2011**

De iniciativa legislativa do **Chefe do Poder Executivo**, a proposta em estudo "**Institui a nova estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, e dá outras providências**".

Instrui o presente feito, a Mensagem **GP nº 577/2011**, onde o Prefeito apresenta a justificativa sobre a proposta apresentada, o texto legal a ser votado disposto em **90 (noventa) artigos** e cópia do **Processo Administrativo de nº. 13.787/2011 – 1**.

É O RELATÓRIO DO NECESSÁRIO.

A presente iniciativa legislativa se faz possível com amparo legal nos **artigos 51, XII, 80 e 104, inciso XIII todos da Lei Orgânica do Município**, sendo que sua aprovação dependerá do voto favorável da maioria dos Senhores Vereadores presentes à Sessão em que a matéria for discutida, conforme prevê o parágrafo único do artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

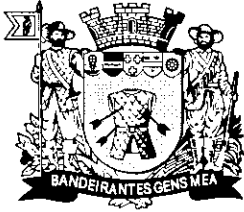
O Projeto de Lei origina-se de estudos técnicos elaborados pela **CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal da Fundação Prefeito Faria Lima** em conjunto com o **Grupo Trabalho instituído pela Portaria nº 4.041/2010**, visando à implantação de uma estrutura organizacional mista, funcional e matricial, capaz de minimizar as distorções geradas pela atual estrutura.

Na proposta o Senhor Prefeito enfatiza que a nova estrutura possibilitará uma maior agilidade e flexibilidade para desencadear mudanças necessárias as novas realidades impostas pelo cliente/cidadão, ajustada ao modelo de gestão direcionada para resultados, modernizando a administração do Município.

Outro ponto contido na Mensagem GP 577/2011 é que, apesar da nova estrutura organizacional resultar em um acréscimo de despesa no valor de R\$ 343.580,90, esta não afetará o percentual de 40% da Receita Corrente Líquida, conformando-se com o limite prudencial previsto no parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As medidas atinentes a aspectos funcionais e de atribuições gerais constam do texto do Projeto de Lei, sendo que as atribuições específicas serão estabelecidas por ato próprio do Poder Executivo.

O processo administrativo de nº 13.787/11-1, que acompanha a Mensagem GP nº 577/2011, traz documentos e manifestações das Secretarias Municipais de Gestão Pública, Assuntos Jurídicos, Finanças e de Governo favoráveis à proposição, além da estimativa de impacto orçamentário-financeiro para os exercícios de 2011, 2012 e 2013 e declaração subscrita pelo Senhor Prefeito em cumprimento ao que dispõe o art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00).



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
Estado de São Paulo



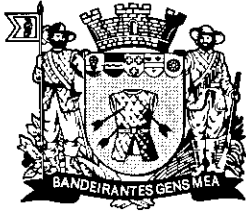
Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP: 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.sp.gov.br

Assim, ultrapassadas as questões de ordem técnica e de mérito que são de competência das Comissões Pertinentes e Permanentes, **a proposta da nova estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes da forma como apresentada, não apresenta vícios jurídicos que impeçam a sua normal tramitação.**

Por derradeiro, a matéria deve ser deliberada com regime de **URGÊNCIA**, nos termos do artigo 81, da Lei Orgânica do Município, conforme requerido pelo Chefe do Poder Executivo em sua Mensagem **GP nº 577/2011**.

Era o que tínhamos a informar.
Assessoria Jurídica, 13 de abril de 2011

Nilton Siqueira de Moraes
Coordenador Jurídico



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
Estado de São Paulo



Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP: 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.sp.gov.br

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO e INDÚSTRIA, COMÉRCIO, AGRICULTURA E RELAÇÕES DO TRABALHO

Projeto de Lei nº 35/2011 - Processo nº 47/2011

De iniciativa legislativa do Sr. **Prefeito Municipal de Mogi das Cruzes**, a proposta em estudo institui a nova estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, e dá outras providências.

O presente projeto de lei visa reorganizar a estrutura administrativa da Administração Municipal, fruto do trabalho produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 4.041, de 18 de agosto de 2010 e a Fundação Prefeito Faria Lima – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal – CEPAM.

No mais, a organização, estruturação, extinção, criação e transformação de cargos do Poder Executivo compete, privativamente, ao Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 80, § 1º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes.

Assim, analisando o Projeto de Lei, nos aspectos e peculiaridades atinentes a estas Comissões e não havendo óbices jurídicos, opinamos por sua **NORMAL TRAMITAÇÃO**.

Plenário “Vereador Dr. Luiz Beraldo de Miranda”, em 13 de abril de 2011.

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO:


JEAN CARLOS SOARES LOPES
Presidente – Relator


ODETE RODRIGUES ALVES SOUSA
Membro


EMILIA LETICIA ROSSI RODRIGUES
Membro

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:


EMILIA LETICIA ROSSI RODRIGUES
Presidente


NABIL NAHI SAFITI
Membro

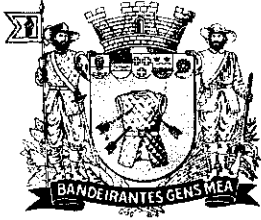

CARLOS EVARISTO DA SILVA
Membro

COMISSÃO PERMANENTE DE IND., COM., AGRIC. E RELAÇÕES DO TRABALHO:


ODETE RODRIGUES ALVES SOUSA
Presidente


OSVALDO FERREIRA DOS SANTOS
Membro


EXPEDITO UBIRATAN TOBIAS
Membro



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM GP Nº 580/2011

Mogi das Cruzes, 12 de abril de 2011.

Senhor Presidente
Senhores Vereadores:

Com a Mensagem GP nº 577, de 7 de abril de 2011 foi submetido ao elevado e criterioso exame de Vossas Excelências e à soberana deliberação do Plenário dessa Augusta Casa Legislativa, o projeto de lei que institui a nova estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, e dá outras providências.

2. Para melhor adequação legal aos seus objetivos solicito a Vossas Excelências que uma das Comissões Permanentes desse Legislativo apresente **Emendas** aos seguintes dispositivos do referido projeto de lei:

Art. 24

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 23” por **“de que trata o caput deste artigo”**

§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 23” por **“a que alude o caput deste artigo”**

Art. 27

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 26” por **“de que trata o caput deste artigo”**

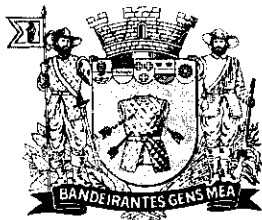
§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 26” por **“a que alude o caput deste artigo”**

Art. 30

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 29” por **“de que trata o caput deste artigo”**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM GP Nº 580/11 – FLS. 2

§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 29” por **“a que alude o caput deste artigo”**

Art. 33

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 32” por **“de que trata o caput deste artigo”**

§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 32” por **“a que alude o caput deste artigo”**

Art. 36

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 35” por **“de que trata o caput deste artigo”**

§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 35” por **“a que alude o caput deste artigo”**

Art. 39

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 38” por **“de que trata o caput deste artigo”**

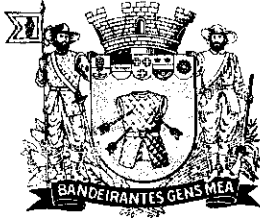
§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 38” por **“a que alude o caput deste artigo”**

Art. 42

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 41” por **“de que trata o caput deste artigo”**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM GP Nº 580/11 – FLS. 3

§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 41” por **“a que alude o caput deste artigo”**

Art. 45

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 44” por **“de que trata o caput deste artigo”**

§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 44” por **“a que alude o caput deste artigo”**

Art. 48

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 47” por **“de que trata o caput deste artigo”**

§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 47” por **“a que alude o caput deste artigo”**

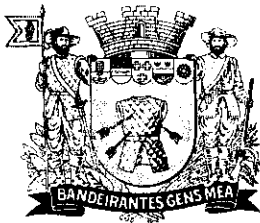
Art. 51

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 50” por **“de que trata o caput deste artigo”**

§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 50” por **“a que alude o caput deste artigo”**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM GP Nº 580/11 – FLS. 4

Art. 54

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 53” por **“de que trata o caput deste artigo”**

§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 53” por **“a que alude o caput deste artigo”**

Art. 57

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 56” por **“de que trata o caput deste artigo”**

§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 56” por **“a que alude o caput deste artigo”**

Art. 60

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 59” por **“de que trata o caput deste artigo”**

§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 59” por **“a que alude o caput deste artigo”**

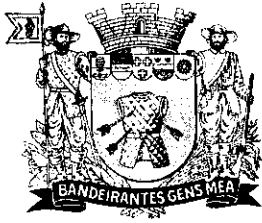
Art. 63

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 63” por **“de que trata o caput deste artigo”**

§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 63” por **“a que alude o caput deste artigo”**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM GP Nº 580/11 – FLS. 5

Art. 66

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 65” por **“de que trata o caput deste artigo”**

§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 65” por **“a que alude o caput deste artigo”**

Art. 69

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 68” por **“de que trata o caput deste artigo”**

§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 68” por **“a que alude o caput deste artigo”**

Art. 72

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 71” por **“de que trata o caput deste artigo”**

§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 71” por **“a que alude o caput deste artigo”**

Art. 75

§ 1º

Substitua-se a expressão “de que trata o artigo 74” por **“de que trata o caput deste artigo”**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM GP N° 580/11 – FLS. 6

§ 2º

Substitua-se a expressão “a que alude o artigo 74” por “**a que alude o caput deste artigo**”

Art. 90. Considera-se a seguinte redação:

“Art. 90. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

3. Permanecem inalterados os demais dispositivos do projeto de lei encaminhado com a Mensagem n° 577/2011, que institui a nova estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, e dá outras providências.

Agradecendo a atenção que, por certo, será dispensada à presente, aproveito a oportunidade para reiterar a Vossas Excelências, em mais esta oportunidade, os protestos de minha elevada consideração.


MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor
Vereador MAURO LUÍS CLAUDINO DE ARAÚJO
Presidente da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
E demais Exmos. Srs. Vereadores
Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, 381
Nesta

SGov/rbm



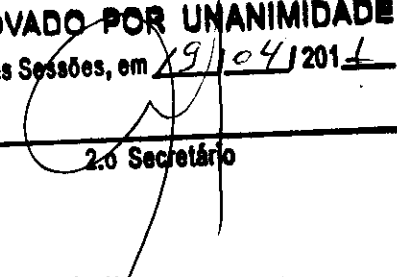
Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
Estado de São Paulo



Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP: 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.sp.gov.br

EMENDA AO PROJETO DE LEI nº 35 / 2011

Colendo Plenário,

APROVADO POR UNANIMIDADE
Sala das Sessões, em 29/04/2011

2.º Secretário

Visa o presente trabalho, a proposição de emenda ao Projeto de Lei nº 35/2011, o qual institui a nova estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, conforme solicitado pelo próprio Sr. Prefeito Municipal, na Mensagem GP nº 580/2011. Sendo assim, encaminhamos à apreciação de Vossas Excelências a seguinte EMENDA:

EMENDA MODIFICATIVA

Nos §§ 1º e 2º do artigo 24 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 23” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.

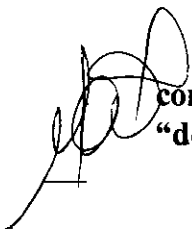
Nos §§ 1º e 2º do artigo 27 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 26” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.

Nos §§ 1º e 2º do artigo 30 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 29” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.

Nos §§ 1º e 2º do artigo 33 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 32” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.

Nos §§ 1º e 2º do artigo 36 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 35” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.

Nos §§ 1º e 2º do artigo 39 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 38” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.





Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
Estado de São Paulo



Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP: 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.sp.gov.br

Nos §§ 1º e 2º do artigo 42 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 41” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.

Nos §§ 1º e 2º do artigo 45 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 44” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.

Nos §§ 1º e 2º do artigo 48 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 47” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.

Nos §§ 1º e 2º do artigo 51 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 50” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.

Nos §§ 1º e 2º do artigo 54 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 53” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.

Nos §§ 1º e 2º do artigo 57 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 56” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.

Nos §§ 1º e 2º do artigo 60 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 59” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.

Nos §§ 1º e 2º do artigo 63 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 63” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.

Nos §§ 1º e 2º do artigo 66 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 65” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.

Nos §§ 1º e 2º do artigo 69 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 68” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.

Nos §§ 1º e 2º do artigo 72 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 71” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
Estado de São Paulo



Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP: 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.sp.gov.br

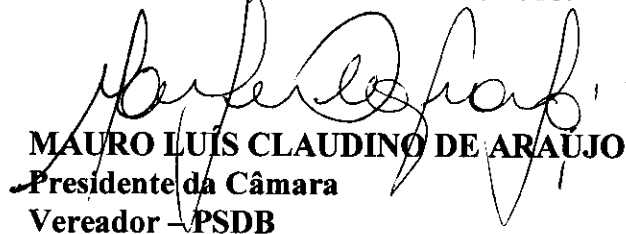
Nos §§ 1º e 2º do artigo 75 do Projeto de Lei nº 35/2011, onde consta a expressão “de que trata o artigo 74” passa a vigorar com a seguinte expressão: “de que trata o caput deste artigo”.

O artigo 90 do Projeto de Lei nº 35/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 90. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assim, diante do acima exposto, apresento esta EMENDA MODIFICATIVA, a qual merecerá análise dos nobres Pares desta Casa.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 2011.


MAURO LUÍS CLAUDINO DE ARAÚJO
Presidente da Câmara
Vereador – PSDB



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
Estado de São Paulo

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP: 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.sp.gov.br

APROVADO POR UNANIMIDADE
Sala das Sessões, em 19/04/2011

2.º Secretário

REQUERIMENTO nº 026/2011.

REQUEIRO à Mesa Diretiva desta Casa, obedecidas as formalidades regimentais e ouvido o Douto Plenário, a inclusão na pauta dos trabalhos da presente Sessão Ordinária, dos **Projetos de Lei nº 35/2011**, o qual já conta com os Pareceres das Comissões Permanentes desta Casa.

Plenário Vereador “Dr. Luiz Beraldo de Miranda”, 19
de abril de 2011.


NABIL NAHI SAFITI
Vereador - DEM



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
Estado de São Paulo

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP: 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.sp.gov.br

Mogi das Cruzes, em 20 de abril de 2011.

OFÍCIO GPE Nº 079/11

17338 / 2011 - 1

26/04/2011 15:36

CPF/CNPJ:

Nome: CAMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES- CMMC

Endereço: CMMC, CMMC C CIVICO

Assunto: PROJETO DE LEI - CAMARA MUNICIPAL
Nº 35/11 - INSTITUI A NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BASICA
PMMC

SENHOR PREFEITO:

Conclusão: 18/5/2011 15:36:57

Órgão: 01.028.000.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Através do presente, tenho a elevada honra de passar às mãos de Vossa Excelência, o incluso autógrafo do **Projeto de Lei nº 035/11**, de **sua autoria**, que institui a nova estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, e dá outras providências, o qual mereceu a aprovação do Plenário desta Edilidade em Sessão Ordinária realizada ontem.

Valho-me do ensejo, para reiterar à Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente


MAURO LUÍS CLAUDINO DE ARAÚJO
Presidente da Câmara

**À SUA EXCELÊNCIA O SENHOR
MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE
MOGI DAS CRUZES**